



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

NAIANE ANDRADE DE ABREU

**ENSINO DE HISTÓRIA: A NOÇÃO DE TEMPO HISTÓRICO PARA
PROFESSORES DE HISTÓRIA DA ESCOLA NELSON BATISTA ALVES
(BERNARDINO BATISTA - PB)**

**CAJAZEIRAS-PB
2018**

NAIANE ANDRADE DE ABREU

**ENSINO DE HISTÓRIA: A NOÇÃO DE TEMPO HISTÓRICO PARA
PROFESSORES DE HISTÓRIA DA ESCOLA NELSON BATISTA ALVES
(BERNARDINO BATISTA - PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, como requisito para a obtenção de nota na disciplina TCC.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

A162e Abreu, Naiane Andrade de.

Ensino de história: a noção de tempo histórico para professores de história da Escola Nelson Batista Alves (Bernardo Batista - PB) / Naiane Andrade de Abreu. - Cajazeiras, 2018.

73f. : il.

Bibliografia.

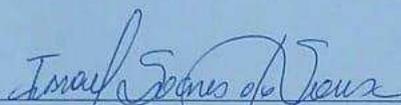
Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa.

NAIANE ANDRADE DE ABREU

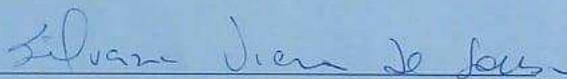
ENSINO DE HISTÓRIA: A NOÇÃO DE TEMPO HISTÓRICO PARA
PROFESSORES DE HISTÓRIA DA ESCOLA NELSON BATISTA ALVES
(BERNARDINO BATISTA - PB).

APROVADO EM: 11/12/2018

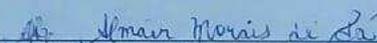
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande- (UACS/CFP)



Profª. Dra. Silvana Vieira de Souza (Examinador)
Universidade Federal de Campina Grande- (UACS/CFP)



Prof. Me. Almir Morais de Sá (Examinador)
Universidade Federal de Campina Grande- (UACS/CFP)

Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho (Suplente)
Universidade Federal de Campina Grande- (UACS/CFP)

CAJAZEIRAS-PB
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, por me dar a vida e seu imenso amor, pois “sem Ele nada podeis fazer” (João, 15; 5).

Agradeço a Maria Santíssima, sempre bem aventurada virgem Maria por me amparar em momentos difíceis e ser consolo nos momentos de aflição.

A minha família que sempre estive comigo, na figura dos meus pais João e Lúcia que são meu alicerce e exemplo de vida.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs que de uma forma ou de outra me ajudaram durante o curso, em especial Leny e Marly que sempre que precisei me acolheram em suas casas. Amo vocês.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Israel Soares pela orientação e paciência. Muito obrigada pelos seus ensinamentos.

Agradeço a banca examinadora pela disponibilidade de ler e avaliar nosso trabalho. Grata!

Agradeço imensamente a todos os professores do curso de História pelo saber que construímos durante o curso. Obrigada por tudo e acima de tudo por ter podido fazer parte desse imenso campo de saber que foi o curso ao lado de todos vocês.

Agradeço as professoras Maria Nilza e Célia Maria, entrevistadas nesta pesquisa, pela disponibilidade e contribuição para nosso trabalho.

Agradeço aos meus colegas e amigos de curso com quem pude compartilhar momentos incríveis e acima de tudo aprender a construir uma história juntos.

Ao meu amigo Claudivan que foi meu porto seguro durante o curso e sempre me ajudou quando precisei. Grata!

Aos meus amigos Lucas, Fernanda, Vanessa, Benijhonson, Cícera, Antônio Marcos, Auziélia, Andrade, Alexandre, Aucilon e Josélio que tornaram a caminhada no curso mais fácil e divertida. Adoro vocês.

Agradeço ao colega de curso e motorista do ônibus Genilson, pela paciência e alegria de sempre.

"O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar eu o sei, se eu quiser explicá-lo a quem me fizer essa pergunta já não saberei dizê-lo"...

(Santo Agostinho, Livro XI).

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade analisar a noção de tempo histórico para professores de História da Escola Estadual de Ensino Médio Nelson Batista Alves, no município de Bernardino Batista, no Estado da Paraíba. É com o propósito de entender essas múltiplas concepções de tempo e como docentes entendem, trabalham a noção tempo histórico nas aulas de história que nossa pesquisa dialoga com autores tanto do campo da teoria da História como Reis (2008), Braudel (1990) e Bloch (1999). Dialogaremos também com autores do campo do ensino de História como Bittencourt (2004), Caimi (2015), Cainelli (2004). Discutiremos os desafios do ensino de história, dentre eles o que será o tema central desta pesquisa, que é a noção de tempo histórico para professores e como estes trabalham essa noção em suas aulas. Esta pesquisa traz um debate em torno de questões que envolvem o ensino de história, colocando como professores de História vem tempo histórico, como trabalham este em suas aulas, sendo que podemos perceber ao longo da nossa pesquisa que é um trabalho difícil segundo as professoras, porém extremamente importante para a compreensão da História.

Palavras chave: Tempo Histórico, professor, ensino.

ABSTRACT

This research aims to analyze the notion of historical time for History teachers of the Nelson Batista Alves State High School, in the municipality of Bernardino Batista, State of Paraíba. It is with the purpose of understanding these multiple conceptions of time and as teachers understand, the notion of historical time in the history classes works that our research dialogues with authors as much of the field of the theory of History as Reis (2008), Braudel (1990) and Bloch (1999). We will also talk with authors of the field of history teaching such as Bittencourt (2004), Caimi (2015), Cainelli (2004). We will discuss the challenges of history teaching, which will be the central theme of this research, which is the notion of historical time for teachers and how they work this notion in their classrooms. This research brings a debate around issues that involve the teaching of history, putting as history teachers historical time, how they work in their classes, and we could perceive throughout our research that it is a difficult job according to the teachers, but extremely important for the understanding of history.

Keywords: Historical time, teacher, teaching.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. TEMPO E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES	12
2.1 Noção de tempo positivista.....	13
2.2 A noção de tempo para os Annales.....	16
3. BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: UMA ANÁLISE SOBRE HISTÓRIA E TEMPO HISTÓRICO	23
4. A NOÇÃO DE TEMPO HISTÓRICO PARA OS PROFESSORES DE HISTÓRIA DA ESCOLA NELSON ALVES - BERNARDINO BATISTA-PB	33
4.1 O Tempo histórico pensado pelos professores de História da Escola Nelson Batista Alves	35
4.2 Livros didáticos e Tempo Histórico: algumas considerações.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6. REFERÊNCIAS	49
APÊNDICES	53
ANEXOS	70

1. INTRODUÇÃO

O que é tempo? Qual a importância da noção de tempo para os historiadores e professores de História? Foram essas perguntas que me acompanharam já no início da minha formação docente, como também durante o ensino médio, que me instigaram a iniciar essa pesquisa, que tem como objetivo analisar a noção de tempo histórico para professores de História da Escola Estadual de Ensino Médio Nelson Batista Alves, localizada no município de Bernardino Batista-PB, da qual fui aluna e o que mais me inquietava nas aulas de história era a ideia muito predominante entre os alunos e parte de alguns professores, de que a História era “a ciência que estuda o passado” e naquela época eu já pensava que não era exatamente assim e que a História perpassava no e pelo tempo.

A escolha do tema em torno da questão sobre noção de tempo na história se deu pela importância que este tem para o ensino de História e pelo contato que tive com o tema quando participei do programa de monitoria, onde fui monitora da disciplina de Teoria do Ensino de História e estive em contato direto com textos, temas ligados ao ensino de História e pude perceber que mesmo no ambiente universitário a questão em torno da temporalidade é pouco trabalhada, daí a importância de discutir este tema com a nossa pesquisa. Esta pesquisa pretende trazer um novo debate em torno de questões que envolvem o ensino de história que inquietam professores e alunos e além de tudo trazer a discussão em torno do famoso jargão de que a História seria disciplina “que estuda o passado”. Nossa pesquisa vai refletir sobre algumas das principais noções de tempo colocadas pelas principais correntes historiográficas, com uma análise mais aprofundada na Escola metódica e no Movimento dos Annales, no entanto não buscamos nesta pesquisa definir um conceito de tempo histórico, já que os próprios historiadores divergem sobre esta questão.

Além de trazer um novo debate no campo Historiográfico em torno de temporalidades na história, minha intenção com esta pesquisa é trazer este debate para o campo do Ensino de História ao levar para Escola Nelson Batista Alves debates e questionamentos para professores sobre o que estes entendem por tempo histórico, discutindo e analisando se a concepção tradicional da história ainda é predominante nas aulas de história.

O antropólogo Francês Levi-Strauss faz uma reflexão sobre a importância do tempo para a História. O estudo da História não se resume a datas, no entanto, não é possível prescindir delas. Um dos aspectos que caracterizam o conhecimento da História é a capacidade de situar temporalmente os acontecimentos humanos.

“Não há História sem datas; para convencer-nos disso, basta verificar como o aluno consegue aprender história, reduzindo-a a um corpo descarnado cujo esqueleto é formado por datas. Não foi sem motivo que se reagiu contra esse método maçante, mas caiu-se, frequentemente, no extremo oposto. Se a história não é feita unicamente por datas, que nem são seu aspecto mais interessante, elas constituem o aspecto sem o qual a própria História deixaria de existir já que sua verdadeira originalidade e especificidade encontram-se na apreensão da relação entre um “antes” e um “depois”, a qual seria voltada a se dissolver – pelos menos virtualmente – se seus termos não pudessem ser datados” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p.95-96).

Por isso, a pergunta “quando aconteceu” é tão fundamental para os historiadores (e para qualquer pessoa que queira compreender um fenômeno histórico). Não é possível analisar nada em termos históricos sem levarmos em consideração a época em que determinado fato aconteceu. Como a História se constitui de eventos singulares e irrepetíveis, desconsiderar o tempo facilita incorrer num dos mais graves erros de análise: comparar eventos e fatos sem levar em conta a época em que aconteceram. É o que os historiadores chamam de anacronismo. Cada fato histórico deve ser compreendido no tempo em que aconteceu.

Segundo Pomian, qualquer investigação que se refira ao estatuto do tempo assegura certas questões e omite outras.

A palavra tempo é notoriamente polissêmica; pelo que, ao ler obras dedicadas ao tempo, temos muitas vezes a impressão de assistir a um diálogo cujos participantes não se compreendem, uma vez que não conseguem fazer corresponder os mesmos objetos aos mesmos vocábulos. No entanto, às vezes sem o saber, eles falam frequentemente de diversos estratos da mesma arquitetura temporal, de tal modo que os intuítos de uns nem sempre são incompatíveis com os dos outros. (POMIAN, 1993:78).

Como fora colocado acima, a noção de tempo, a palavra tempo tem muitos significados e é definida de forma diferente por vários autores.

Quanto ao recorte temporal, iremos trabalhar com História do Tempo presente. De acordo com o historiador François Bédarida (em Ferreira, 2012, p.109) a principal característica da História do tempo presente é a presença de testemunhos vivos, que

podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos. Quanto às fontes, utilizaremos nesta pesquisa entrevistas e, trabalhando assim com a história oral. Segundo as autoras Amado e Ferreira (2006, p.20) [...] “A História oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática.”. O trabalho com a História Oral nos coloca em contato com testemunhos que vivenciaram diretamente ou indiretamente os eventos narrados. Além disso, o pesquisador estabelece contatos pessoais, porém tem de lidar com situações que exigem cuidados e atenção de maneira e não ferir os direitos daqueles que narram suas memórias.

Para composição desse trabalho destacamos a realização de três capítulos. Um primeiro denominado: Tempo e Ensino e História, onde faremos uma discussão historiográfica sobre a noção de tempo e sua importância para o ensino de história. Um segundo intitulado Base Nacional Comum Curricular: uma análise sobre história e tempo histórico, onde discutiremos o que diz a base nacional curricular comum no que se refere ao ensino de história, como também falaremos das mudanças curriculares ao longo do tempo. E por fim no terceiro capítulo trataremos os resultados da nossa pesquisa que será feita em uma escola estadual com professores de História do Ensino Médio por meio de entrevistas.

2. TEMPO E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES

Neste capítulo discutimos como as principais correntes historiográficas tem abordado a noção de tempo, fazendo pontes com o Ensino de História, que é objeto da nossa pesquisa.

Se todos os dias fossem iguais não haveria necessidade de falar sobre tempo, mas como não o é, nossa discussão faz-se necessária e o ser humano enxerga o tempo de maneiras diferentes e são essas diferentes noções que dão sentido à história, como também o tempo dá sentido às ações humanas. O Historiador George Duby (1993) ao falar sobre a noção de tempo na Idade Média chamou atenção para o fato de como as pessoas se orientavam naquela época: eram os sinos das catedrais que davam a noção do

tempo às pessoas, os sinos ditavam a hora de acordar, de rezar e trabalhar. Já na contemporaneidade o tempo é ditado através do controle inflexível do relógio. Marc Bloch (2001, p.42) já afirmava que a História era “ciência dos homens no tempo”. Sem essa noção não há história.

A noção de tempo é compreendida de diferentes formas pelas mais diversas vertentes historiográficas e ao longo do capítulo analisaremos estas formas. O ensino de História tem sido relacionado à necessidade de uma definição do conceito de tempo, de um maior trabalho com a noção de tempo histórico e esta tem sido uma questão fundamental desde que a História se tornou disciplina e passou a ser ensinada no século XVIII foram muitas as influências que esta recebeu das principais teorias historiográficas, principalmente da escola metódica, chamada positivista¹ que predominou até o século XIX e deixou vestígios no ensino de História, ao passo que deixou enraizada muitas ideias sobre a disciplina de História que vamos discutir ao longo do capítulo.

2.1 Noção de tempo positivista

A escola metódica surgiu em torno da ideia de que a História poderia ser uma ciência positiva, dotada de um estatuto científico, objetivo e neutro, almejando uma exatidão no trabalho com as fontes, por meio de um rol de documentos, como também uma rigorosa crítica às fontes², os historiadores metódicos buscavam atingir objetividade histórica. O historiador alemão Leopold Von Ranke (1795-1886) considerado um dos fundadores da história científica, no trecho a seguir, nos fala da importância da reconstituição histórica para a função do historiador:

A história distingue-se das demais ciências por ser, simultaneamente, arte. Ela é ciência ao coletar, achar, investigar. Ela é a arte ao dar forma ao colhido, ao conhecido e ao apresentá-los. Outras ciências satisfazem-se em mostrar o achado meramente como achado. Na História, opera a faculdade da reconstituição. Como ciência, ela é aparentada a filosofia como arte a poesia (RANKE, p.18, 1986).

¹ Positivista no sentido de buscar uma história positiva, que poderia ser verificável por meios de documentos escritos.

² Crítica documental no sentido das fontes serem oficiais emitidos pelo estado para a partir desses narrar o fato tal qual aconteceu.

Para Ranke o documento poderia ser a garantia de objetividade, de uma verdade que seria alcançada sem uma verdadeira crítica documental, que faz questionamentos, levanta hipóteses e não apenas reunir informações no intuito de narrar os fatos históricos tal como aconteceram. Portanto, a história para os positivistas era a ciência do coletar documentos, para reescrever a história tal qual aconteceu, assumindo assim um papel de observador diante do fato histórico. Para Reis (1999, p. 13) o historiador se neutraliza, já que para este:

[...] não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico, etc. em sua relação com o objeto, procurando a neutralidade.

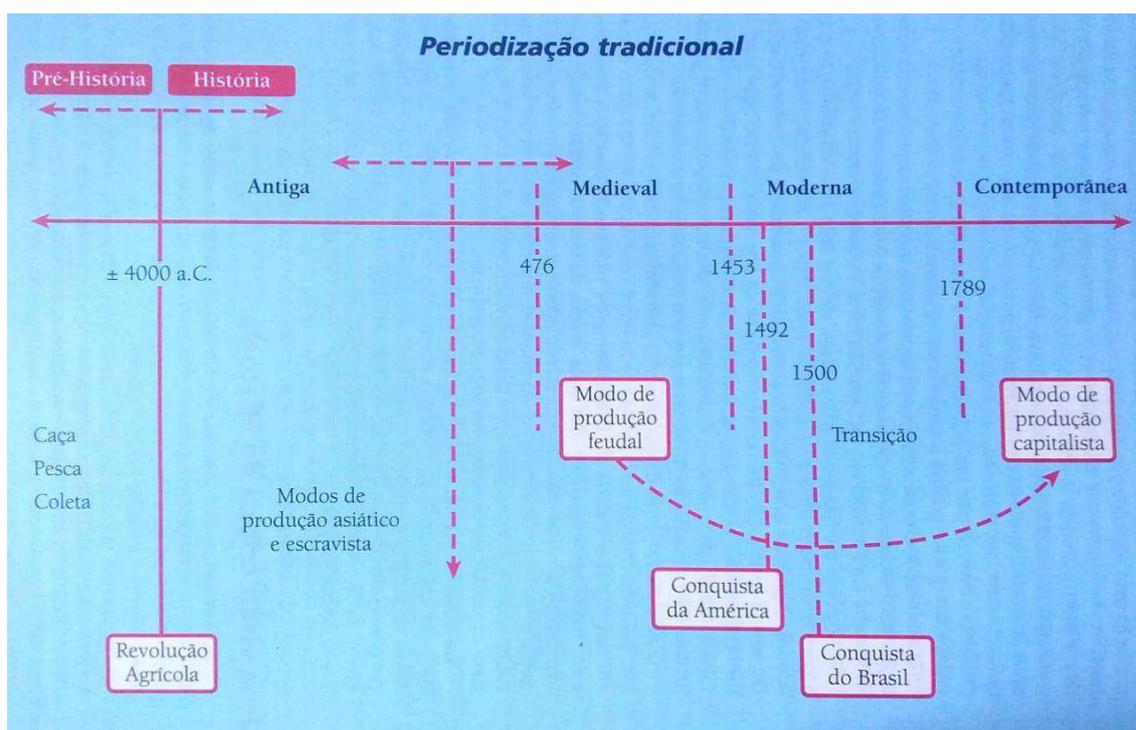
No positivismo o fato histórico é reverenciado pelo historiador e aqui quando falamos de fatos estamos falando de acontecimentos políticos, pois o que interessava para esses historiadores era a história dos grandes heróis, já que até o fim do século XIX a construção de uma história nacional, de um passado enaltecido se fazia importante para construção da nação, como por exemplo criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838. Com a criação do Colégio D. Pedro II, em 1837, na regência de Araújo Lima, o ensino de História passou a ser obrigatório, sendo inspirado no modelo francês. Predominavam os estudos literários voltados para um ensino clássico e humanístico e destinados aos elementos pertencentes das elites brasileiras. Com a criação do IHGB no mesmo ano, houve uma série de trabalhos que geraram consequências para o ensino da história nacional. O Instituto defendia a tese do Brasil miscigenado, formado pelos brancos, negros e indígenas, ou seja, defendia que o nosso país era fruto desses três elementos culturais. Privilegiava o Estado como principal agente da História brasileira, enfatizando os principais acontecimentos, os grandes heróis nacionais etc.

Para o historiador Manoel Salgado (1998, p.5) “A criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso: a implantação do Estado Nacional, um delineamento de um perfil para a Nação Brasileira”. Inspirada em um viés positivista o IHGB foi criado no intuito de escrever uma história nacional, traçar um perfil da nação brasileira, na escrita de uma história política.

O tempo, na visão positivista é pensado de forma cronológica, contínua. Segundo Maria Aparecia Bergamaschi (2000, p.40):

No momento em que a História passa a ser ensinada como uma disciplina, o cenário predominante na maioria dos programas escolares é a transmissão de longos e enfadonhos conteúdos, e pergunta: “Quem, ao longo de sua trajetória escolar, teve oportunidade de pensar a História fora dos canonizados períodos: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea”?

A escola metódica entrou em declínio no século XX, com o advento do movimento dos Annales na França, porém esta continuou a influenciar o ensino de história e para provarmos isto basta analisar a imagem a clássica imagem abaixo, presente na maioria dos livros didáticos de História, imagem esta que retrata uma periodização tradicional da História em um modelo quadripartite de História, inspirada no modelo clássico Francês.



Fonte: Nemy; Martins; Escanhela, 2010.

É uma periodização inspirada na Escola Metódica, baseada na história política, nos grandes acontecimentos políticos e econômicos. Analisando a imagem podemos ver que a história do Brasil começa em 1500, mas e antes não havia história? Será que o Brasil não teve história antes da chegada dos Europeus? São perguntas que nos fazem pensar o quanto o método positivista de ensino, com uma história eurocêntrica

influenciou o ensino de história no Brasil. Manuel Castells (1999, p. 459), ao falar sobre a dificuldade de lidar, trabalhar com a noção de tempo, chama atenção para o fato inquietante de que “as sociedades contemporâneas ainda estão em grande parte dominadas pelo tempo cronológico”. É como se o tempo fosse um objeto, quando na verdade é uma ferramenta imprescindível que nos orienta e que vai além do tempo cronológico.

Vendrame (2011) ao falar sobre a implantação do sistema escolar brasileiro destaca a marcante presença positivista em nosso ensino, ao passo que sempre esteve ligado ao interesse do Estado, desde a implantação do Colégio D. Pedro II, em 1838, onde a disciplina de história passou a ser ensinada e atendia ao ideário positivista da época. Acerca dessa questão, Flávia Caimi nos diz:

Poucos anos após a independência do Brasil, em 1838, em meio ao período regencial e sob forte influência do pensamento liberal francês, foi criado no Rio de Janeiro o Colégio Pedro II, primeiro estabelecimento de ensino público de nível secundário no país. No mesmo ano desse acontecimento, houve a regulamentação da disciplina de História, a ser ensinada a partir da 6ª série. Ainda em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que passaria a orientar a história escolar desenvolvida pelo Colégio Pedro II. Se ao primeiro atribuía-se a função de formar os filhos da nobreza da corte do Rio de Janeiro, oferecendo-lhes uma preparação inicial para assumir os cargos burocráticos do Império, ao segundo cabia a responsabilidade, entre outras, de definir programas e métodos de ensino para a recém-nascida disciplina. (CAIMI, 2001, p.27-28).

A disciplina de História desde a implantação sofreu a influência positivista, que deixou a herança de concepções e noções sobre determinados conceitos e um deles é o de tempo histórico como já fora colocado. Talvez tenha faltado para os positivistas a pergunta: O que é tempo? Como bem nos lembra Jacques Le Goff (1997) ao falar sobre inquietações, interrogações filosóficas sobre tempo, citando *Confissões* de Santo Agostinho em sua célebre obra História e Memória.

2.2 A noção de tempo para os Annales

Após predominar de maneira expressiva durante o século XIX, o método positivista começou a perder espaço, pois ocorreu na França a fundação da Revista *Annales*, em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre que deram início a um movimento

de renovação historiográfica que ampliaria o território da história no que refere as fontes, aos sujeitos, ao método, enfim ao modo de se pensar e fazer história. Movimento este que mais tarde ficaria conhecido como *École des Annales* (Escola dos Annales)³. Peter Burke nos diz:

Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *establishment* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel (BURKE, p.8).

Burke nos traz o percurso do movimento dos Annales, que para ele foi a Revolução Francesa da Historiografia⁴, que no início teve o combate a História tradicional como principal foco acusando-a de elitista e factual. No entanto, após a primeira fase do movimento o uso de novos conceitos e objetos de estudo passaram a ser acrescentados e a fornecer novas visões aos estudos históricos, dialogando com outras disciplinas como a geografia, a psicologia e a antropologia. Essa nova concepção de história defendia que as estruturas duráveis, ou seja, os fenômenos que perpassavam o tempo, as ações coletivas eram mais determinantes do que as ações individuais, dos grandes heróis como defendia a corrente positivista. Para José C. Reis (1994, p. 119), foi somente com os Annales que houve uma mudança nos conceitos que envolvem a história, inclusive no conceito de tempo histórico:

(...) a mudança de inspiração teórica da história – ela recusa, então, as influências da filosofia e da teologia e opta por se associar teoricamente às novas ciências sociais, que também tinham recusado a filosofia e a teologia e se inspiraram ou no tempo da física ou em um tempo matemático, que é também o tempo do mito. A *nouvelle histoire* recusou a predominância da influência do *tempo da alma ou da consciência* sobre a história e optou pelo *tempo da ciência*. O resultado foi (...) uma renovação significativa da compreensão do tempo histórico pelos historiadores (REIS, 1994 p.119).

³ Para Peter Burke (1991) é “preferível falar num movimento dos Annales, não numa escola”.

⁴ Frase que é subtítulo de seu livro: **A escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da historiografia**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1997.

O tempo passou a ser visto de uma maneira diferente, não é mais o tempo linear, progressivo, mas sim um tempo múltiplo, abrangente, levando em conta a relação entre o homem e o ambiente em que este vive, ou seja, relação homem/espaço. Uma das contribuições mais significativas para essas mudanças veio de um de seus fundadores, Marc Bloch, historiador medievalista que abriu novos horizontes se contrapondo ao caminho da história tradicional de sequência de fatos com nomes e datas, se empenhando na compreensão entre sociedade e em *Os Reis Taumaturgos* (1924), Bloch usa da interdisciplinaridade, da ideia de longa duração em sua obra e refaz grande parte do percurso da Idade Média e da Época Moderna para compreender o rito de cura das escrófulas (adenite tuberculosa), praticado pelos reis da Inglaterra e França através do toque de suas mãos, majestosamente diferenciadas. Ou, para ser mais exato e explícito, “fazer história com aquilo que, até o presente, era apenas anedota” (p.43). E sua história revela-se profunda. Da anedota, extrai matéria interminável de compreensão da humanidade persistente naqueles tempos antigos. Mais do que extrair, aprofunda-se em novo estudo de história política e mental. Burke (1997) nos diz:

Les Rois Thaumatourges merece ser considerada uma das grandes obras históricas do nosso século. Seu tema é a crença, muito difundida na Inglaterra e na França, da Idade Média até o século XVIII, de que os reis tinham o poder de curar os doentes de escrófula, uma doença da pele conhecida como o “mal dos reis”, através do toque real, que se fazia acompanhar de um ritual com essa finalidade (BURKE, 1997, p.20).

Ao falar sobre uma crença muito defendida na Inglaterra e na França da Idade Média até a Idade moderna, Marc Bloch amplia o território da História, ao estudar algo que a primeira nos leva a questionar qual seria a importância de estudar tal crença, mas que representa uma das características dos *Annales* que é o estudo das mentalidades, de personagens antes esquecidos pela história, ou seja, de uma História vista de baixo, como fizeram as seguintes gerações dos *Annales*, nas figuras de Jacques Le Goff, Lucien Febvre e Robert Darnton, Fernand Braudel, etc. Essa onda de renovação metodológica iniciada na França espalhou-se pela Europa e o conceito de fonte foi ampliado com o estudo de temas que sequer eram pensados antes dos *Annales*, como o cotidiano, das estruturas econômicas, das minorias como as mulheres e os pobres, e para provar isso basta citarmos os estudos de Le Roy Ladurie, Pierre Nora, Roger Chartier e os marxistas Christopher Hill e Edward Thompson.

Não podemos deixar de falar da Micro-História, herdeira do movimento dos Annales, que teve os primeiros trabalhos feitos por historiadores italianos e que teve como principal representante Carlo Ginzburg, que através de uma redução da escala de análise, de uma reunião de documentos inquisitoriais publicou sua principal obra *O queijo e os vermes*, que conta a história de Domenico Scandella, conhecido como Menocchio, um moleiro condenado pela Inquisição. A obra de Ginzburg resume bem como a chamada Nova História deu espaço a uma história das pessoas comuns, como Menocchio.

Mas foi Fernand Braudel, pertencente à segunda geração dos Annales, que nos trouxe um amplo estudo sobre tempo histórico, ao chamar atenção para importância das diferentes temporalidades para análise histórica. Ele dividiu o tempo em três categorias: o tempo curto, dos eventos; o tempo médio, das conjunturas; e o tempo longo, das grandes estruturas. Rojas diz que Braudel nos traz:

Uma nova concepção do enorme e milenar problema da temporalidade e de suas formas de apreensão mais adequadas, dos diferentes modos de percepção humanos dessa complexa realidade que é o tempo e de suas implicações específicas, novas formas de aproximação para o estudo e decifração do social, e, em consequência, novos modos de construção de todo o sistema dos saberes e dos conhecimentos humanos sobre a sociedade (ROJAS, 2001, p.19).

Braudel define a história como *dialética da duração*, colocando que fatos históricos têm uma duração variável. Para Braudel (1992, p. 105):

A história se situa em patamares diferentes, diria de bom grado três patamares, mas isto é modo de falar, muito simplista. São dez, cem patamares que seria preciso pôr em pauta, dez, cem durações diversas. Na superfície uma história factual se inscreve no tempo curto: é uma micro-história. A meia encosta, uma história conjuntural segue um ritmo mais largo e mais lento. Foi estudada até aqui, sobretudo no plano da vida material, dos ciclos ou interciclos econômicos. (...) Para além desse “recitativo” da conjuntura, a história estrutural, ou de longa duração, coloca em jogo séculos inteiros, está no limite do móvel e do imóvel (BRAUDEL, 1992, p19).

Braudel propõe uma interpretação de tempo que não é linear, para este o tempo tem uma dinâmica própria, com durações diferentes, onde o tempo curto seria os eventos breves, ligados ao indivíduo, ao dia a dia, de uma história atenta ao breve. Já o tempo da média duração não seria o tempo equivalente a uma geração de vinte,

cinquenta ou cem anos, o que oferece um estudo sobre mudanças e permanências, conjunturas e estruturas sociais e econômicas.

Quanto ao tempo da longa duração é aquelas dos grandes acontecimentos, dos comportamentos coletivos, das crenças que duram séculos, por exemplo. Há um rompimento com a ideia de progresso, com a história previsível das ações individuais para uma história das ações coletivas, para um estudo das ações humanas em suas diferentes temporalidades.

Ao ampliar seu campo de estudo os Annales nos mostraram uma nova noção de tempo, o tempo das múltiplas temporalidades e objetos. Reis (2008) coloca:

O novo tempo histórico consiste em uma hipótese contrária a do tempo filosófico: o tempo não é progressivo, mas pluridirecionado; não é global, mas múltiplo. (...) Enquanto imanente aos processos objetivos, o tempo histórico revela antes sua pluralidade, sua multiplicidade, a sua descontinuidade, as suas assimetrias, as suas irreversibilidades particulares e jamais a unidade total. Não se tem mais a unidade, mas a diversidade. (REIS, 2008, p.31).

Com o movimento dos Annales, a História e a forma como esta passou a ser ensinada já não era mais a mesma, apesar do positivismo ter deixado suas marcas e continuar com um espaço nas aulas de história até os dias atuais, o caminho para novas metodologias de ensinar história estava aberto e começou a ganhar espaço e nos próprios livros didáticos nota-se a diferença basta que vejamos a imagem abaixo de um livro didático de história do ensino fundamental que nos traz conceitos antes renegados pela História Tradicional.

A imagem foi retirada de um livro de história do 6º ano do ensino fundamental do ano de 2014 nos traz um novo conceito de fonte ao trazer a fotografia, a fonte oral como instrumento para o historiador para o estudo de determinadas épocas, costumes, modos de vida. A imagem mostra como os livros didáticos aos poucos vão bebendo da fonte dos Annales, da nova história ao ampliar o conceito de fonte histórica, não mais centrando-se nos documentos oficiais.

Portelli (1997, p.25-39) nos diz que ao propormos o trabalho com fontes orais aos alunos, devemos ressaltar que estes devem adotar alguns cuidados no desenvolvimento de sua pesquisa, principalmente no que se refere ao respeito e a sensibilidade com que devem tratar seus entrevistados, por exemplo. É importante que tenham em mente que não estarão lidando simplesmente com fontes orais e sim com

pessoas dispostas a rememorar fatos de suas vidas. Os alunos devem atentar ao fato de estarem dando “voz” a sujeitos históricos e contribuindo, de alguma maneira, para que sejam ouvidos por outros grupos e comunidades.

O que são fontes históricas?

Como é possível para o historiador investigar um passado que não existe mais? Se você refletir sobre isso, vai concluir que as pessoas, ao longo da vida, tiram fotos, escrevem cartas, leem livros, ouvem músicas, fabricam ou compram vários tipos de objetos, pintam telas, constroem edifícios e fazem muitas outras coisas que podem sobreviver por milhares de anos.

Quando são utilizadas pelo historiador em suas pesquisas, essas marcas deixadas pelas pessoas recebem o nome de fontes históricas. Elas podem ser classificadas em **fontes históricas materiais** (documentos escritos de vários tipos, livros, fotografias, roupas, cartas, pinturas, monumentos etc.) e **fontes históricas imateriais** (memórias, músicas, lendas, línguas, crenças etc.).

Examinando tipos de armas e de adornos para o corpo de um povo indígena no Brasil, por exemplo, é possível saber como eram suas práticas guerreiras e rituais. A foto de uma família pernambucana do século XIX pode informar sobre costumes, tipo de organização familiar, além da técnica de reprodução de imagens que aquela sociedade dominava.

Uma importante fonte histórica imaterial que o historiador pode utilizar em suas pesquisas são os relatos orais. Eles registram a memória de pessoas que usualmente não aparecem nos documentos escritos, como crianças, analfabetos, idosos, operários e povos ágrafos (que não têm registros escritos). Esse tipo de trabalho é chamado de **história oral** e é muito utilizado pelos historiadores atualmente.

Ao coletar depoimentos de pessoas, os historiadores têm a oportunidade de conhecer fatos com base no ponto de vista de quem viveu determinada experiência. No entanto, a memória de quem dá o seu depoimento não pode ser admitida como prova da verdade, pois as pessoas muitas vezes esquecem, omitem ou fantasiam as suas lembranças. Por isso, os relatos da memória, como as demais fontes históricas, devem ser examinados criticamente.

Sugestão

Site: Museu da Pessoa
Disponível em www.museudapessoa.net.
Acesso em 14 out. 2014.

O Museu da Pessoa é um museu virtual, criado com o objetivo de valorizar e manter vivas as histórias pessoais. Para isso, a instituição atua recolhendo memórias e depoimentos de diferentes indivíduos e divulgando-os na Internet.

Todos esses objetos podem ser considerados documentos históricos. Através deles, os historiadores podem analisar vários aspectos de uma sociedade, como a evolução tecnológica ou alguns costumes.

FOTOS: FERNANDO FAVARETTO/OSCAR MAGNUM



Um aparelho de telefone e fotografias do início dos anos 1940, um livro, um colar, um tablet e uma carta.

Para os historiadores, o que todos esses objetos têm em comum?

Fonte: Apolinário, 2014.

A imagem mostra um novo conceito de fonte histórica, como também de tempo, ao falar sobre memória, traz um conhecimento histórico através do uso das fontes orais e escritas, como fotografias, cartas, músicas e entrevistas. Percebemos que conceitos trazidos pelos Annales, como a oralidade tão usada por Carlo Ginzburg e memória usada por Jacques Le Goff. Marieta. M. Ferreira nos diz:

O ensino escolar ganha na medida em que pode se utilizar da diversidade de interpretações como forma de expor a multiplicidade de enfoques, própria do conhecimento. Nesse sentido, compreender as lógicas de elaboração da escrita da História pode contribuir para autonomia da História ensinada, tendo por base a diversidade. A compreensão das questões e dos métodos utilizados pelos historiadores, sem pretender fazer com que professores e alunos reproduzam práticas tal qual historiadores profissionais, ajuda na dinâmica de aprendizagem e aproximam conhecimentos que são na verdade, complementares (FERREIRA, 2010, p.103).

Por isto a aprendizagem presume diversidade, dinamismo de conteúdos, uso de temporalidades, ou melhor, situar os alunos nessa temporalidade, sem deixar de lado suas vivências, seu cotidiano, e seu lugar social como nos lembra Michel de Certeau. O ensino de História no Brasil passou por muitas reviravoltas, desde quando passou a ser ensinado no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, ensino este voltado para elite. Em 1971, durante o Regime Militar, a disciplina de História perde sua autonomia, e com a lei 5692/71 e passou a integrar, junto com a geografia, a disciplina de Estudos Sociais.

Somente após a redemocratização, em 1985, a disciplina de História retoma sua autonomia e começa a ser repensada e novas reformas curriculares são implementadas na educação como um todo, como a promulgação Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais e recentemente a Base Nacional Curricular Comum. Essas novas orientações curriculares sugerem que professores promovam o ensino da história que parta da realidade do aluno e para construção da cidadania e não um ensino onde a história é somente o ensino do “passado pelo passado”, sem nenhuma problematização histórica. Para Fonseca:

O ensino de história é um espaço complexo, no qual atuam diferentes propostas de saber e poder, cabendo aos professores de história o papel fundamental de desenvolver um ensino que contribua para a formação do pensamento crítico e reflexivo, para a construção da

cidadania e para a consolidação da democracia entre nós (FONSECA, 2008, p.5).

Em meio à tanta complexidade e uso da disciplina como um espaço de disputas e conflitos que se mistura muitas vezes com o cenário político do país, por exemplo, cenário em diferentes momentos históricos, é importante refletir sobre a importante função da História e também dos professores de História, na medida em que esta contribui para o entendimento das noções de tempo, as mudanças e permanências, ou seja, para construção de um saber que somente conhecimento histórico nos traz, que é entender que as formas de ver que determinados acontecimentos mudam, conforme o passar do tempo, como já colocamos ao citar o estudo sobre temporalidades de Fernand Braudel e como a concepção de tempo mudou ao longo dos séculos.

Ao falarmos das novas correntes historiográficas e das novas noções de tempo que estas trazem, percebe-se o quanto é importante e necessário para o ensino de História o uso de novas fontes historiográficas, de um novo conceito de tempo histórico para se trabalhar os acontecimentos históricos nas salas de aula brasileiras, marcadas pela diversidade de modos de pensar e ser, ideologias, crenças e outros vários aspectos da vida do aluno.

As novas noções de tempo contribuem para o ensino escolar, ao passo que o trabalho através de noções temporais como duração, simultaneidade e sucessão são o primeiro passo para compreensão da relação do passado com o presente. Obstante, essas noções devem ser utilizadas como meios para análise de contextos e períodos da História. Desse modo as novas correntes historiográficas e concepções de tempo possibilitam professores e alunos a compreensão sobre tempo em um domínio da produção de textos, da leitura e da interpretação de diferentes documentos e fontes, por exemplo.

3. BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: UMA ANÁLISE SOBRE HISTÓRIA E TEMPO HISTÓRICO

A Base Nacional Comum Curricular que vinha sendo discutida desde 2014 foi homologada no dia 20 de dezembro de 2017 e é a primeira base curricular nacional implementada no país e é esse documento que vai nortear a educação básica no Brasil a partir de agora, sendo por isso imprescindível para problemática desta pesquisa, voltada

para o ensino. A BNCC do ensino fundamental já está em vigor desde 2017 e sendo alvo de debates nas escolas do país como determinou o Ministério da Educação. Quanto a BNCC do Ensino Médio pelo fora aprovada em dezembro de 2018 pelo Conselho Nacional de Educação e deverão ser homologada e entrar em vigor a partir de 2019 está e deve conduzir as mudanças no ensino médio nas escolas públicas e privadas do país.

A BNCC é resultado das discussões do Plano PNE do ano de 2014, o qual definiu vinte metas a serem postas em prática até 2020, essa Base deveria integrar direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, para garantir dessa forma a unificação de 60% do conteúdo escolar nacional. Os conteúdos restantes seriam definidos em âmbito local, levando em consideração o contexto regional.

O projeto de uma Base Nacional abrangeu uma série de interesses difundidos, o mesmo contou com uma intensa participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e do CONSED, o Conselho Nacional de Secretários de Educação. A Conferência Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) também foi convidada para participar desse processo de discussões. Destaca-se como afirma MORENO (2016), que Movimento pela Base teve sua formação construída por fundações e institutos mantidos pela iniciativa privada, as quais eram ligadas a ideais direcionadas ao estímulo a criatividade, tecnologia, empreendedorismo e, ainda da educação como ciência aplicada mais do que como práxis política.

As campanhas favoráveis à construção da BNCC ergueram-se dos órgãos públicos envolvidos bem como dos movimentos pela Base. Foram apresentadas vivências de experiências de sucesso, advindas principalmente de países como Austrália, Chile, EUA e Inglaterra, que tiveram apresentações veiculadas em vídeos, jornais e através de assessores estrangeiros contratados para compartilhamento de tais ideias (MORENO, 2014).

Piccinini (2015) afirma que o movimento em torno da base é de empresários que querem uma base voltada para um ensino direcionado para mão de obra empresarial. “É o que nós percebemos nesse processo é que a BNCC foi incorporando as bandeiras do movimento empresarial.

No documento do ensino fundamental a Base Nacional é definida pelo Ministério da Educação como:

É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem

desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (p.7).

Conforme a BNCC a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é composta pelas disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, esta preconiza a ampliação e o aprofundamento do conhecimento e da aprendizagem desenvolvidas até final do 9º ano do Ensino Fundamental, sendo este processo de ensino-aprendizagem orientado para uma educação ética e crítica.

Compreende-se a ética como juízo de avaliação das condutas praticadas pelo ser humano, que se faz necessária para o convívio em sociedade, e em cujas bases ressaltam-se as ideias de justiça, solidariedade e livre-arbítrio. Essa proposta é fundamentada na compreensão e no reconhecimento das diferenças, no devido respeito aos direitos humanos, nas diversas culturas existentes, e ainda no combate aos preconceitos (BRASIL, 2018).

Caimi (2015) afirma que a História é um campo privilegiado onde as discussões curriculares acometem de maneira significativa as demandas sociais, visto que se trata de disputas pela memória coletiva, de operações históricas que dão visibilidade a posições enunciativas diferentes e pontos de vista sobre o passado e, por conseguinte, sobre o tempo presente. Com isso, é de suma importância reconhecer o campo da História, especialmente a História escolar, como um *lócus* de contradições, de pluralismo de ideias, de temporalidades diversas e dinâmica interpretativa acerca da experiência humana ao longo do tempo.

A tarefa de desenvolver e implementar uma base curricular comum para o conhecimento histórico nas escolas implica trazer ao âmbito do debate público as disputas em torno de ideias e pensamentos quanto ao que, do passado, é importante, válido e legítimo ensinar às novas gerações (CAIMI, 2015).

No Ensino Fundamental, a BNCC indica uma centralização no processo de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças existentes no tocante ao Outro e das várias formas de organização da família bem como da sociedade em diferentes espaços e tempos históricos. Essas relações são guiadas pelas noções de

indivíduo e de sociedade, categorias tributárias da noção de amizade, cooperação, de um conhecimento do próprio Ser e do Outro direcionado a um saber e agir conjunto com ética. Mas é preciso questionar se na área de História essa consciência é permeada pela noção de tempo.

Ao explorar diversas temáticas próprias da disciplina de História, a BNCC prevê que os educandos explorem variados conhecimentos próprios das Ciências Humanas, entre as quais estão: noções de temporalidade, espacialidade e diversidade (de gênero, religião, tradições étnicas etc.); conhecimentos sobre os modos de organizar a sociedade e sobre as relações de produção, trabalho e de poder, sem deixar de abranger o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo (BRASIL, 2018).

Em relação ao Ensino Médio a BNCC traz que:

A ampliação e o aprofundamento dessas questões são possíveis porque, na passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, ocorre não somente uma ampliação significativa na capacidade cognitiva dos jovens, como também de seu repertório conceitual e de sua capacidade de articular informações e conhecimentos. O desenvolvimento das capacidades de observação, memória e abstração permite percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos – com base em um número maior de variáveis –, além de um domínio maior sobre diferentes linguagens, o que favorece os processos de simbolização e de abstração (BRASIL, 2018, p.547).

A partir do que é exposto em sala de aula pelos educadores, mediante a participação e interação, os educandos intensificam os questionamentos sobre si próprios, sobre o próximo e também sobre o mundo em que vivem, possibilitando dessa forma não apenas compreender as temáticas e conceitos apresentados, mas também problematizar categorias, objetos e processos, para assim construir um saber crítico e consciente.

Além de oportunizar essas aprendizagens no Ensino Médio, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas busca ainda desenvolver a capacidade dos indivíduos de estabelecer diálogos entre si, grupos sociais e cidadãos de outras nacionalidades, saberes e culturas diferentes. Para alcançar tal propósito, a Base propõe habilidades para que os educandos possam desenvolver o domínio de conceitos e metodologias próprios de tal área. Embora seja preciso perceber que conceitos em História devem ser contextualizados dentro da sua temporalidade, caso contrário cai-se no temido anacronismo.

Vale ressaltar que esse processo, tem início no Ensino Fundamental, tendo seguimento no Ensino Médio, de modo a viabilizar aos jovens a utilização dos mais variados meios de comunicação de forma crítica, não aceitando como verdade absoluta o “fato” apresentado nas mídias sociais. Cabe as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas desvendar e reconhecer os sujeitos, os sentidos obscuros e silenciados, as razões da elaboração de uma determinada informação e os meios utilizados para a sua propagação.

É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis. A história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder (LAVILLE, 1999, p. 130).

A BNCC traz como ponto essencial para o os jovens “Aprender a indagar”, conforme seu texto o ponto inicial para o desenvolvimento de saber e uma reflexão crítica, é uma das contribuições primordiais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para a formação dos estudantes do Ensino Médio.

Uma pergunta bem construída e com embasamento, assim como a dúvida sistemática contribui de forma significativa para a construção e apreciação de juízos acerca as condutas adotadas pelo ser humano. Elas também ajudam no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos nas suas tomadas de decisão no seu dia a dia, na sociedade onde os quais estão inseridos (BRASIL, 2018).

Para a promoção de tais aprendizagens, e alcance do protagonismo dos jovens e para a construção de uma atitude ética pelos mesmos, é imprescindível destinar metodologias ativas e recursos didáticos em linguagens diferentes (textuais, digitais, tecnológicas, gráficas, artísticas, gestuais, etc.), selecionar formas de registros, valorizar os trabalhos desenvolvidos em campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.) e ainda estimular práticas direcionadas para a cooperação (BRASIL, 2018).

Os materiais e os meios utilizados são variados e extensos, porém todos devem ter uma finalidade central, que é o eixo da reflexão, o ensino deve concentrar-se no conhecimento do Eu e no reconhecimento do Outro e nas relações interpessoais, nas formas de enfrentamento das tensões e conflitos, no respeito ao próximo, na possibilidade de conciliação e na construção de propostas que visem uma solução justa para todas as partes envolvidas.

O texto da BNCC traz ainda sobre o ensino da História o seguinte ponto:

Considerando esses desafios e finalidades no tocante às aprendizagens a ser garantidas aos jovens, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar, no Ensino Médio, algumas categorias dessa área, fundamentais à formação dos estudantes: tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho (BRASIL, 2018 p. 549).

Tempo e espaço são direcionados para garantir a explicação acerca dos fenômenos nas Ciências Humanas, visto que proporcionam identificar e compreender os mais variados contextos. No decorrer do Ensino Médio, as análises e interpretações acerca de acontecimentos ocorridos em circunstâncias diversas permitem o entendimento de processos marcados pela continuidade, por mudanças, por transformações e também por rupturas.

O tempo na história apresentou significados e importância variados. Ao se tratar do tempo, o fundamental, como nos lembra Jacques Le Goff, é compreender que não existe uma única noção de tempo e ele não é nem homogêneo nem linear, ou seja, ele expressa diferentes significados. Diante dessas observações, é importante desenvolver habilidades por meio das quais os estudantes possam refletir sobre as diversas noções de tempo e seus significados. Assim, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassam a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas destacando as noções de tempo em diferentes sociedades. Na história, o acontecimento, quando narrado, permite-nos ver nele tanto o tempo transcorrido como o tempo constituído na narrativa sobre o narrado (BRASIL, 2018 p.551).

A partir do trecho tirado da parte que refere a ciências humanas podemos entender que conceituar de forma direta o tempo constitui um desafio sobre o qual se inclinaram diversos pensadores e filósofos das mais variadas áreas do conhecimento e mais ainda na área de História. O tempo é matéria de estudo e reflexão em diversos ramos do saber como a Filosofia, a Física, a Matemática, a Biologia, a História, entre outras (BRASIL, 2018).

O tempo na história apresentou diversos significados, interpretações e importância. Ao se tratar do tempo, é de extrema relevância compreender que não existe somente uma noção de tempo e sim múltiplas temporalidades. Nesse sentido, é importante desenvolver habilidades por meio das quais os estudantes fazer reflexões acerca das diversas noções de tempo e seus significados.

McAskill (2016) afirma que na BNCC a compreensão histórica não se trata apenas da leitura e memorização de fatos, mas de uma "compreensão" dos fatos históricos.

A autora destaca que esse processo abrange a obtenção de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e aplicação de conceitos importantes, considerados pontos-chaves, para uma investigação dentro de um determinado contexto histórico. Para se obter um conhecimento e dessa forma alcançar uma adequada compreensão da história, as habilidades associadas à identificação, assimilação e interpretação de fontes, utilização da cronologia e pesquisa e comunicação devem ser estabelecidas e postas em prática. Conforme McAskill (2016, p. 10) “na BNCC de história, a aquisição de conhecimento é favorecida em detrimento de habilidades e de um conhecimento profundo por meio da aplicação de conceitos”.

A respeito da disciplina de História no texto da BNCC Moreno, (2016, p.15) faz a seguinte indagação:

Para entender a proposta de História e suas repercussões é preciso ir além, e perceber que o texto da BNCC dialoga com uma realidade curricular, estabelecida pela tradição, em um formato que adquiriu estabilidade no início dos anos 1990 e, mesmo com revisões curriculares estaduais ou nacionais, permanece hegemônico. Trata-se de um currículo organizado de maneira cronológica baseado num princípio conhecido como história integrada que se repete nos diversos níveis de ensino. Nesta organização, uma história da ‘civilização’ ocupa maior espaço no ambiente escolar, em detrimento da História do Brasil e da América.

A discussão desencadeada pelo texto da BNCC trouxe significativas contribuições, ao evidenciar que é necessário deixar de lado a pretensão ou a fantasia de abranger “toda a História” ao longo da Educação Básica como pretendem os positivistas. Mas por outro lado, também é necessário ficar atento para que não se exclua da base determinados acontecimentos e suas temporalidades, para que essa ideia de “toda a História” não sirva de pretexto para marginalizar determinados conteúdos.

Não se trata somente do número menor da quantidade de horas semanais, mas tem a ver com a concepção de como se produz e se constrói a aprendizagem. Muitos dos argumentos que defendem um currículo com uma carga horária mais elevada se baseiam em trabalhar “toda a história”, só podem fazer isto projetando a aula de tal disciplina com uma metodologia tradicional, onde há uma leitura seguida de exercício de livro

didático. Tal metodologia garante que os alunos sejam apenas ouvintes passivos e não protagonistas do processo de ensino-aprendizagem (MORENO, 2016).

O documento prevê que as três mil horas do ensino médio sejam divididas em duas partes: 1.800 horas para os conteúdos das quatro áreas do conhecimento (línguas, matemática, ciências humanas e ciências da natureza), e 1.200 para os itinerários formativos, onde cada escola poderá se aprofundar em uma ou mais áreas. Esse modelo que hoje está em vigor, segundo defensores da base, com treze disciplinas obrigatórias acaba que por fragmentar o ensino e tornar os últimos anos do ensino básico um campo de evasão escolar e baixos desempenhos de aprendizagens e a nova Base traria um novo direcionamento para o ensino médio que muda essa formação atual e aprofunda o saber nas áreas do conhecimento por meio dos itinerários formativos. Vale ressaltar que são muitas as causas da evasão escolar e não somente a carga horária como colocam os defensores da Base Nacional.

Segundo dados do Senso Escolar divulgados pelo Inep⁵ divulgados em 2017 mostraram que a evasão escolar no Ensino médio superou a média de 12%. A maior taxa de evasão revelada pelo Censo Escolar entre 2014 e 2015 foi de 12,7% dos alunos matriculados na primeira série do ensino médio, seguida por 12,1% dos matriculados na segunda série. A terceira maior taxa de evasão é no nono ano ensino fundamental, que registrou 7,7%. O senso revela que a repetência, o desinteresse, seguida pela busca de uma vaga no mercado de trabalho estão entre os principais motivos para evasão escolar entre os jovens.

Sendo assim, de acordo com o referido senso, a repetência e o desinteresse destacam-se como os principais motivos para a evasão, seguidos pela busca e pela necessidade de emprego e não somente o alto número de disciplinas no currículo.

Muitas polêmicas envolveram a base nacional curricular comum, principalmente pública em 16 de setembro de 2015 e trazia uma proposta de um ensino de História menos eurocêntrico e voltado para o cotidiano do aluno com ênfase na História do Brasil. Historiadores têm se posicionado contra a base, como Jurandir Malerba (2015), que analisa os impactos da base na educação e no ensino de História, onde em um artigo o historiador faz uma crítica à superficialidade e o utilitarismo dos fundamentos pedagógicos do documento e sua “ênfase na apresentação da história como cronologia”

⁵ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.

(p.2), que implicam numa compreensão superficial da História e a uma mera sucessão de fatos cronológicos.

A noção de tempo histórico na BNCC é muito vaga, já que a discussão em torno deste tema se dá por uma ou outra citação no início do documento quando coloca que “os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassam a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas destacando as noções de tempo em diferentes sociedades” (p.551). No entanto o documento não cita como vai se dá esse processo ou como os professores irão fazer tal processo. A base cita nove competências específicas para a disciplina de História. Serão essas competências que devem conduzir o trabalho do professor e referenciar suas escolhas metodológicas, por exemplo. Em relação aos temas propriamente ditos, eles estão organizados em unidades temáticas que se dividem em objetos de conhecimento que, por sua vez, destacam as habilidades a serem tratadas. A primeira competência citada é:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (BRASIL, p.559, 2018).

Na competência citada já se nota um viés positivista da disciplina de História, pois traz uma sequência linear já no início quando se refere a processos políticos, econômicos em âmbito local, regional, nacional etc. É importante entender qual noção de tempo histórico a BNCC traz, pois este documento é o que vai reger ações dos professores em sala de aula, pois estes se basearão na BNCC para escolher suas metodologias, planejar e ministrar suas aulas de História. Na imagem abaixo já se tem sequência cronológica na própria descrição do documento ao descrever competências para área de ciências humanas.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.
3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: Brasil, 2018

No documento da Base do Ensino Médio não se tem uma parte específica para disciplina de História e sim a área de ciências humanas e sociais. Sem anacronismos, essa divisão por área nos lembra o período em que a disciplina de História dividia espaço com a geografia na disciplina de Estudos Sociais⁶ durante o regime militar. Uma questão fundamental para história que é a noção de tempo histórico sequer é

⁶ BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 jun. 2011.

mencionado nas competências, gerando assim uma incerteza sobre os rumos que a disciplina vai tomar com a implementação da nova Base Nacional Comum Curricular.

Percebe-se então foi importante nos debruçarmos sobre este documento, pois este vai reger as ações dos professores em sala de aula, pois estes se basearão na base para escolher suas metodologias, planejar e ministrar suas aulas de História e pelo que analisamos os professores de História terão um longo trabalho pela frente, já que a Base Nacional Comum Curricular deixa muitas lacunas quando se refere a disciplina de História, principalmente quando se refere a noção fundamental para historiadores que é temporalidade

4. A NOÇÃO DE TEMPO HISTÓRICO PARA OS PROFESSORES DE HISTÓRIA DA ESCOLA NELSON ALVES - BERNARDINO BATISTA-PB

Após um debate teórico em torno da problemática sobre tempo histórico que fundamenta este trabalho e após discutirmos a Base Nacional Comum Curricular, este último capítulo apresenta a noção de tempo para professores de história da escola Estadual de Ensino Médio e fundamental Nelson Batista Alves no município de Bernardino Batista- PB. Foram entrevistadas duas professoras que lecionaram durante mais de doze anos na Escola Nelson Batista, que tem apenas dezoito anos de criação e por isto o quadro de professores de História na escola pouco se alteraram e quando, sendo que uma de nossas entrevistas lecionou por dez anos na escola.

Vimos anteriormente que esta pesquisa, metodologicamente baseia-se na história oral. Foram entrevistadas duas professoras de história, uma que lecionou dez anos na escola entre os anos de 2002 e 2012, e a outra docente entrevistada está há dois anos à frente da disciplina e é a atual professora da disciplina na escola. Este capítulo com base nas entrevistas e outras discussões que envolvem temas como currículo e teorias historiográficas pretende apresentar qual a noção de Tempo Histórico para estes professores.

Adentrar no campo da história nos faz depararmos com uma das perguntas mais difíceis quando se trata do ensino de história: o que é tempo histórico? Reinhart Koselleck (2006, p.13) nos diz que essa “questão nos leva necessariamente a adentrar o terreno da teoria da história sob uma perspectiva ainda mais profunda que a habitual” ().

No campo do ensino se faz necessário pensar como professores veem e trabalham a noção de tempo em sala de aula, percebendo que:

A dimensão da temporalidade é considerada uma das categorias mais centrais do conhecimento humano. Não se trata de insistir nas definições dos diversos significados de tempo, mas de levar o aluno a perceber as diversas temporalidades no decorrer da História e ter claro sua importância nas formas de organização social e seus conflitos. [...] o tempo representa um conjunto complexo de vivências humanas. (BEZERRA, 2010, p.44).

Dai a necessidade de enxergar tempo histórico dentro de diferentes concepções, onde acontecimentos históricos sejam situados pelo professor em seu respectivo tempo, tendo em vista que isso, além de ser importante no ensino de História, é também uma responsabilidade social do historiador.

Sobre essa de consciência de tempo, G. J. Whitrow (1993, p.31), contribuindo para uma melhor compreensão da noção de tempo, coloca-o em perspectiva temporal, demonstrando como as noções de tempo têm se modificado ao longo da história e aponta para a necessidade de reinventar esse conceito, tendo em vista que “o que distingue particularmente o homem da sociedade contemporânea de seus antepassados é que ele adquiriu crescente consciência do tempo”. Assim se faz importante que o ensino de história não esteja mais vinculado a uma noção de tempo linear, cronológica a qual a sociedade atual está intimamente marcada.

Pensar historicamente significa trabalhar com a noção de tempo. Os PCNs do ensino médio citam que:

O tempo histórico pode ser compreendido em toda sua complexidade ultrapassando sua apreensão a partir das vivências pessoais, psicológicas ou fisiológicas. No nível médio de ensino, é preciso igualmente que o tempo histórico seja entendido como objeto da cultura, como criação de povos em diversos momentos e espaços. E daqui nascem concepções de tempo mítico, escatológico cíclico, cronológico, noções sociais criadas pelo homem para representar as temporalidades naturais, expressas no tempo geológico e astronômicas (PCN, p. 23, parte IV ciências humanas e suas tecnologias).

Os parâmetros curriculares nacionais colocam uma noção de tempo vinculada a de cultura em toda a sua complexidade, que abrange as mais diversas temporalidades, variando de cultura para cultura e no caso do ensino, de aluno para aluno e no decorrer dos estudos o tempo vivido do aluno vai se integrando ao tempo coletivo e pelo

professor há a tomada de consciência histórica, tomada essa que ocorre quando os conteúdos são contextualizados no seu tempo, pois em história é central a dimensão temporal. Durante muito tempo predominou no ensino a noção de que a história estuda unicamente o passado e que seu tempo seria esse.

A Professora Maria Nilza Pereira⁷, professora há dois anos e atualmente faz parte do corpo docente da Escola de ensino médio Nelson Batista Alves, lecionando História, afirma que se preocupa com a noção reducionista de tempo histórico por parte de seus alunos:

Os alunos ainda enfrentam dificuldade de associar a questão do ensino de história, como é... contextualizando ao presente. Porque a concepção é que a história só estuda o passado e o nosso maior desafio enquanto professor, é desmistificar. (entrevista concedida no dia 09/05/18).

Essa dificuldade da qual fala a professora em desmistificar a concepção de que a História e conseqüentemente tempo histórico seriam apenas o estudo do passado é comum entre professores de história, inclusive os entrevistados nesta pesquisa. Dessa forma tempo histórico quando vinculado ao ensino pautou-se por muito tempo em datas (cronologias), fatos e heróis, pouco vinculando-se ao tempo vivido pelo aluno ou a sua cultura como afirma os PCNs, criando uma consciência histórica que vê a História como uma espécie de museu onde as peças seriam os grandes heróis e as datas de seus grandes feitos.

4.1 O Tempo histórico pensado pelos professores de História da Escola Nelson Batista Alves

Pensar o tempo histórico bem como trabalha-lo em sala não é uma tarefa fácil, por isso a importância de pensar conteúdos e metodologia dentro de uma temporalidade e por isso Forneck afirma que:

O professor de História deve entender as questões das temporalidades como ferramenta. O professor deve pensar o tempo e levar a refletir sobre ele, permanências, simultaneidades, continuidades e descontinuidades (FORNECK, 2017, p.18).

⁷ Professora licenciada em História pela UFCG, pós-graduada em metodologia do ensino e professora efetiva da Rede Municipal de Ensino da cidade de Bernardino Batista- PB.

Devido a isso, pensar o tempo e refletir sobre suas rupturas e permanências é essencial para todo historiador e professor de História

A partir da fala da professora podemos perceber como é notória que a influência da Escola Metódica no ensino predomina e nas palavras da professora a principal dificuldade para se trabalhar com a noção de tempo é desmistificar a ideia que existe entre os próprio alunos de que a história estudaria somente o passado como colocou a professora. A temporalidade deve ser tratada visando à compreensão da relação passado/presente em um progressivo domínio da produção de textos, da leitura e da interpretação de diferentes documentos e fontes. Perguntada sobre o que era Tempo histórico, a professora Maria Nilza nos respondeu:

Para mim tempo histórico é... é justamente a... conexão, a assimilação do tempo e o fato acontecido, né! Por exemplo, quando você vai estudar é... digamos os períodos históricos: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea. Então você tem que ter a noção de tempo. A Idade Antiga é..., quais são os principais acontecimentos durante a Idade Antiga né? O surgimento do homem, dos primeiros seres humanos. É os períodos paleolíticos, neolíticos, as descobertas do homem, até chegar ao atual, ao contemporâneo. Então se você não tiver essa noção de tempo andando junto, tempo histórico, tempo cronológico e os fatos (entrevista concedida no dia 09/05/2018).

A professora nos fala de uma noção de tempo que não foge da cronologia, dos grandes períodos como bem cita a docente “Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea”, pois pelo que podemos extrair da fala da professora, tempo histórico anda junto com o tempo cronológico. No entanto a professora ao ser perguntada sobre como ela trabalha a noção tempo histórico em sala de aula a professora entrevistada nos traz uma noção diferente do tempo cronológico ligada ao método positivista de ensinar respondendo o seguinte:

É... o foco de trabalhar o tempo histórico, é justamente contextualizando o tempo ao fato. Principalmente quando se trata da realidade do aluno, mesmo que seja uma realidade bem distante, por exemplo, eu vou trabalhar a noção de, é... de cidadania, mesmo que seja dentro do conteúdo sobre... é Grécia ou Roma. Então eu trago para a nossa, para o nosso, para a nossa atualidade né! Por exemplo, está trabalhando lá na Idade Antiga, mas é... dentro do Brasil, contexto nosso, contexto atual. Qual é a concepção de democracia, de direitos, dos deveres? Então não é um conceito que surgiu agora. (entrevista concedida no dia 09/05/2018).

A professora nos fala sobre o trabalho com temporalidade de forma muito associada ao cotidiano, à realidade do aluno e quando ela cita o exemplo do trabalho com o conteúdo Grécia e Roma, com o conceito de cidadania e fala que procura trazer esse conceito para os dias atuais. A colocação da professora nos faz perceber a importância de enxergar a historicidade dos acontecimentos e de conceitos como o de cidadania, pois a docente traz uma noção de tempo que é que não segue uma sequência linear, mas sim situa os conteúdos em uma circularidade, fazendo pontes com entre passado, presente. Pinsky (2010, p.23) diz que o passado deve ser interrogado a partir de questões que inquietam no presente (caso contrário, estudá-lo fica sem sentido) com essa conexão as aulas de História serão muito melhores se conseguirem estabelecer um duplo compromisso: com o passado e o presente.

Nota-se que a professora entende que trabalhar tempo histórico é partir da realidade do aluno, mas nos preocupa um velho conhecido do historiador, que é o anacronismo, ou seja, projetar ideias presentes em fatos que existiram no passado, embora ela coloque a importância de mostrar que o que existe hoje tem uma raiz, é fruto de um contexto histórico, são frutos de um contexto histórico:

À medida em que se complexificam as noções de tempo e temporalidade, tomamos consciência de que as relações que se têm com o tempo são construídas e não naturalizadas. A partir disso, é possível perceber que as relações entre o passado e o presente não são, necessariamente, lineares e que são múltiplas (FORNECK, 2017, p.17).

É relevante então, como a professora colocou que conceitos e fatos que existem hoje estão inseridos numa complexidade de tempo, não linear, mas múltiplo, que o aluno precisa compreender, sobretudo o aluno do ensino médio, que já se encaminha para a universidade, onde as discussões teóricas são mais complexas e exigem que ele saiba relacionar os acontecimentos.

Detalhando um pouco mais como trabalha a noção de tempo histórico, a professora continua:

É eu... exatamente o que eu já disse anteriormente. Se não for contextualizando com as práticas diárias deles, não tem como. Tem sempre que pegar um exemplo de um próprio aluno, da sala de aula e começar explorando daí, até chegar a um exemplo de um próprio aluno, da sala de aula e começar explorando daí até chegar a um contexto maior. Digamos que há um fato histórico nacional ou mundial não é?

Para a professora tempo histórico tem de ser trabalhado partindo do cotidiano do aluno, pois para ela esses dois conceitos estão intimamente ligados, pois segundo a professora ficaria difícil o trabalho com a noção de tempo sem partir da realidade dos discentes. Segundo Schmidt & Cainelli (2004, p. 51):

Esse trabalho baseado na experiência dos alunos remete, de um lado, à compreensão de que uma das funções do ensino de História é fazer os alunos e professores, de um diálogo entre presente e passado, poderem identificar as possibilidades de intervenção e participação na realidade em que vivem.

Para a professora Maria Nilza comentou que não há com o ensinar história e muito menos trabalhar noções de temporalidades sem recorrer às experiências, ao cotidiano dos alunos, pois ficaria difícil o processo de ensino-aprendizagem em suas aulas. Segundo nossa entrevistada “é por meio dessa conexão que eles aprendem e facilita o aprendizado e a própria dinâmicas das aulas”.

Compreender o que é tempo não é uma tarefa fácil para professores, muito menos para a história. O que é então, o tempo para a História, se mesmo sua avaliação já é difícil? A primeira proposição para compreender essa relação é a interpretação do tempo não enquanto “ser”, mas enquanto resultado da interação, experiência e construção humana sobre ele. O tempo histórico é essencialmente humano. No entanto, isso não significa que o tempo histórico não lide com o tempo do relógio, com o tempo do movimento dos astros. Como diz Barros:

O tempo dos historiadores, portanto, é sempre um tempo humano. Ele não é o tempo dos físicos ou dos astrônomos. Tampouco é o tempo dos calendários ou da mera cronologia, ainda que destes modos de situar o tempo objetivamente o historiador precise se valer no decorrer de suas narrativas e análises historiográficas. (BARROS, 2013, p.20 e 21).

A professora Maria Nilza nos fala:

Eu acredito que o tempo cronológico e o tempo histórico andam juntos, não é?. Essa concepção de... de tempo curto e de longa duração, eu acredito que está intimamente ligado com os fatos históricos né. Que eu posso muito bem, por exemplo, usar o fato histórico lá do século dezoito e contextualizar com o acontecido do século vinte e um. E digamos que Revolução Industrial, que aconteceu lá, teve início lá na Inglaterra e hoje a Revolução Industrial ela não

parou, ela apenas vai mudando de fases (entrevista concedida no dia 09/05/18).

Isso significa que a História e o historiador têm relação com o chamado “tempo cronológico”, no entanto o tempo histórico não se resume a datas e cronologias, mas vale ressaltar que os fatos históricos são situados em uma época que não foge dos “calendários”. (Prost, 2012) sobre tempo histórico nos diz:

Na construção da história, vê-se a importância decisiva do trabalho sobre o tempo. Além de uma colocação em ordem, de uma classificação cronológica e de uma estruturação em períodos, trata-se de uma hierarquização dos fenômenos em função do ritmo da mudança de cada um deles. O tempo da história não é uma reta, nem uma linha quebrada feita por uma sucessão de períodos, nem mesmo um plano: as linhas entrecruzadas por ele compõem um relevo. Ele tem espessura e profundidade. (PROST, 2012, p. 114)

Na construção da história, vê-se a importância decisiva do trabalho sobre o tempo. Além de uma colocação em ordem, de uma classificação cronológica e de uma estruturação em períodos, trata-se de uma estrutura dos fenômenos em função do andamento da mudança de cada um deles.

A História enquanto processo é viva, repleta de dinamicidade e assim deve ser também a disciplina, que por muito tempo foi tida como a disciplina que estuda o passado. E essa ideia também prevaleceu nos bancos escolares e a história no Brasil nada mais era que uma sequência de fatos oficiais. Não se tinha a percepção da dinamicidade. Karnal (2010) nos diz:

Ora, sendo o “fazer histórico” mutável no tempo, seu exercício pedagógico também o é. Eu diria que ensinar história é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica. Se estamos concluindo que o “fazer histórico” muda bastante, se estamos concluindo que a escola muda também, é imperativo pensar que a renovação do ensino de História deve ser trazida constantemente à tona (p.8-9).

Dessa forma, ensinar história deve devolver uma mudança na percepção da história, vendo-a como dinâmica, daí a necessidade de renovar o ensinar e o fazer história. E nesse processo a professora Célia Maria⁸ nos fala que para que isto aconteça “o essencial de se trabalhar história é conhecer o seu tempo”. Ou seja, a temporalidade

⁸ Professora entrevistada em nossa pesquisa que lecionou dez anos na Escola Nelson Batista Alves e licenciada em História pela UFCG e pós-graduada em metodologia do ensino pela FASP-PB.

para a professora é o viés pelo qual a história deve ser ensinada e como se vem discutindo nesse trabalho, um templo múltiplo e vivo.

Retomando a ideia discutida por Marc Bloch no nosso primeiro capítulo de que a História é a ciência dos homens no tempo, é necessário pensar que cada acontecimento histórico está inserido em uma temporalidade específica, pois como afirma Paul Veyne (1992, p, 22) “os acontecimentos não apresentam uma unidade natural, não se pode como bom cozinheiro do fedro, cortá-lo conforme suas articulações, pois eles não a possuem”. Ou seja, cada acontecimento é fruto da ação humana, que não é neutra e por isso no que refere-se ao ensino de História o professor deve ter noção do acontecimento, não tomando-a de forma natural, ingênua mas com um olhar do questionamento. A concepção de tempo positivista de que tudo está dito no documento (escrito) de que determinado acontecimento representa ruptura brusca que encerram e iniciam épocas, de que a data no calendário é seu tempo histórico não é suficiente para um campo tão amplo quanto é o ensino de História e a própria Historiografia.

Embora essas noções estejam bastantes claras no meio acadêmico de hoje, a concepção positivista de tempo histórico ainda prevalece nas salas de aulas brasileiras, fato que não é responsabilidade dos professores, mas do sistema da época em que se formaram, dos recursos/fontes que as escolas oferecem ao professor e ao aluno, que muitas vezes é unicamente o livro didático. Nas entrevistas realizadas em nossa pesquisa, uma das professoras, a professora aposentada Célia Maria, fora questionada sobre como ela definia tempo histórico e nos respondeu:

O Tempo Histórico no meu entendimento é exatamente esse estudo do passado, “pra” gente conhecer o passado, entender e ter uma perspectiva do futuro (entrevista concedida no dia 15/10/2018).

Ressalto que não estamos fazendo nenhum julgamento com relação às ideias da professora, pois sabemos que estas ideias estão inseridas em um contexto que envolvem formação, visão de mundo, opiniões, etc. Nosso interesse aqui, é problematizar concepção de tempo histórico, seja este positivista, marxista ou na perspectiva dos Annales, pois como bem sabemos que todas essas correntes foram e são importantes para pensarmos a História e tempo. Walter Benjamim coloca:

A História é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo dos “agoras”. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de “agoras”, que ele fez explodir do continuum da história.

A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta (BENJAMIM, 1940, p.10).

Desta forma, a consciência de tempo histórico para a professora tem de passar pelo passado, que ela vincula ao presente e ao futuro. A professora ao pedirmos para ela detalhar um pouco mais sobre o trabalho com a noção de tempo com seus alunos, Célia afirmou que:

Eu tinha dificuldade porque o alunado da Nelson Batista... eles não viam o tempo histórico como essencial para aprender história (entrevista concedida no dia 15/10/2018).

A fala da professora remete a um problema que fez e ainda faz parte do dia a dia escolar, em especial dos professores de história, que é justamente a dificuldade de fazer os alunos compreenderem historicamente conteúdos da disciplina, de perceber temporalidades. Bittencourt (2009) afirma que:

A sugestão dos PCNs para a relação passado e tempo presente é a de que as questões para o estudo do passado, de modo que, estudando “*outras realidades temporais e espaciais*” que possam “*dimensionar a sua inserção e adesão a grupos sociais diversificados*” (p.214).

A autora indica que essa dificuldade colocada pela professora pode ser sanada sensibilizando para que estes se interessem pela história. Isso pode ser feito mostrando que os acontecimentos atuais, por exemplo, tem seu passado, tem historicidade, característica esta que quem é professor de história não pode abrir mão. Para Maria Aparecida Bergamaschi (2000, p.41) o ensino de História deve fornecer ao aluno instrumentos para a compreensão crítica na realidade, e no caso desta pesquisa, é a aprendizagem do conceito de tempo histórico que vai auxiliar no conhecimento do processo histórico como um todo. Segundo essa historiadora:

Muito mais importante do que abordar “conteúdos” de História é construir uma compreensão de tempo; em primeiro lugar, para desnaturalizar as convenções que são colocadas como naturais, para que se pense a respeito do tempo esquadrihado a que somos submetidos na escola e fora dela, principalmente para que, construindo conceitos sobre temporalidade, os/as alunos/as possam utilizá-los como ferramentas para intervir objetivamente nesse tempo histórico, sentindo-se parte desse tempo e dessa história.

Historicidade jamais deve ser uma mera linha do tempo, onde os fatos surgem do nada, inclusive a própria história. A professora Célia ressalta que tentava superar a dificuldade de trabalhar tempo histórico, trabalhando a própria realidade dos alunos.

O cotidiano dos alunos. A realidade que eles viviam, para que eles pudessem entender esse processo histórico do Brasil e do mundo. Pronto! Eu trabalhava a nossa própria história (entrevista concedida no dia 15/10/2018).

O trabalho com o cotidiano e a conexão passado/presente, quando bem trabalhada pelo professor pode ser um ótimo instrumento para superar dificuldades e fazer os alunos sentirem-se sujeitos históricos inseridos no tempo. Daí a importância de criar problemáticas que girem em torno dessa dimensão, embasadas nas múltiplas temporalidades históricas. O texto de apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para disciplina de História no ensino médio na Paraíba especifica como objetivo para o ensino de História:

Indicar os conceitos estruturadores do conhecimento histórico: tempo (temporalidade, duração); agente histórico (sujeito); objeto; memória social (fonte, documento), culturais, entre outros (BRASIL, 1998).

O conceito de tempo é colocado como um dos principais pilares do ensino de História, ligado a ideia de duração, o qual professores devem estar sempre atentos para não ensinar uma história das meras divisões cronológicas: início, meio e fim, de rupturas bruscas, sem continuidades, em vínculos com o passado. O texto III de apresentação diz ainda:

O ensino de história é estratégico ao processo educativo como um todo porque esta área do conhecimento trata de uma de uma das dimensões fundamentais da existência humana: a temporalidade, duração, pois a vida humana é constituída de mudanças e permanências cuja percepção e as sociedades compreendam o seu próprio tempo, isto é, seu presente histórico (BRASIL, 1998, p.17).

Para que possa compreender seu tempo presente e as ligações que este mantém com o passado o ensino médio deve ser capaz de transitar por diversas temporalidades, sem essas dimensões fica difícil ensinar e compreender a história. Ao nos debruçar sobre a problemática da nossa pesquisa sobre ensino de História e tempo podemos ver como a História e seu ensino não é uma tarefa fácil. Afinal, como explicar métodos tão

diferentes, questões, tão difíceis e que tomam tempo de gerações de professores historiadores, para alunos, que muitas vezes, terão aulas somente até o Ensino Médio? A simples repetição de conteúdos acaba por dificultar o entendimento da disciplina, obrigando professores e alunos a reprodução de conteúdos e afastando o ensino de História do processo de elaboração do saber. Sendo assim, cabe-nos questionar qual o sentido de ensinar História? Ao longo do tempo, a disciplina sempre teve uma função. No caso Brasileiro, o ensino tinha um fundamento religioso e acabou por se encarregar de formar cidadãos e hoje trilha novos caminhos.

De uma maneira ou de outra, a História escolar serviu a projetos de identidade, fosse da nação, fosse de determinados segmentos sociais. Esse comprometimento moral, que fornece afirmações categóricas sobre o passado baseados numa orientação, acaba por contribuir para a produção de discursos unilaterais comprometidos com os ideais do momento, afastando a multiplicidade de visões que constitui a produção do conhecimento. O Ensino de História ganha na medida em que pode se utilizar da diversidade de interpretações como forma de dar ênfase a multiplicidade de enfoques, própria do conhecimento. Nesse sentido, compreender os fundamentos de elaboração da escrita da História pode contribuir para a autonomia da História ensinada, tendo por base a sua diversidade.

Por isso o conhecimento histórico em sala de aula pressupõe dinamismo e diversidade e, sobretudo, a consciência histórica, por parte de professores e alunos, que a História relaciona-se a construções superáveis e relativas. Jean-Claude Forquin (1993, p.14) discute importantes questões sobre o currículo escolar, enfatizando que, se por um lado, a educação não é nada fora da cultura, por outro, é pela educação, através do trabalho de uma “tradição docente”, que a cultura se transmite e se perpetua: a educação realiza a cultura da memória viva.

O caráter processual da elaboração do conhecimento tem muito a contribuir para o ensino de História. Por isso se faz importante insistirmos no conhecimento de aspectos fundamentais do ofício do historiador e das vertentes historiográficas. Por meio deles, é possível destacar elementos importantes e o porquê de algumas interpretações recorrentes nos livros didáticos.

4.2 Livros didáticos e Tempo Histórico: algumas considerações

Um dos recursos mais utilizados em sala de aula por professores é o livro didático, pois “quando se trata de livros didáticos, a importância de pensar seus conteúdos cresce vertiginosamente, pois muitas vezes ele será o único recurso que a criança tem em casa” (FERNANDES, 2010, p.143). Os livros didáticos sempre determinaram e ainda determinam a maneira de ensinar do professor e de aprender do aluno, pois em muitas escolas brasileiras que sofrem com falta de investimento na área educacional, o livro didático é o único recurso utilizado por alunos e professores. Dito isto, a forma como o livro didático organiza e expõe os conteúdos demonstra a concepção de tempo que ele traz, concepção esta que por muito tempo se resumia em uma linha cronológica: pré-história, história antiga, moderna, contemporânea, das continuidades históricas, daí a importância que o professor problematize os livros didáticos. Foi feita a seguinte pergunta a uma das professoras entrevistadas: E os livros didáticos eles traziam essa noção de tempo histórico? A professora Célia nos respondeu?

Os livros sempre trazem. A nossa maior questão era não ter os livros. Entendeu? Por que a escola não tinha. E ainda está do mesmo jeito, o aluno de sexto ano tem um livro de história para estudar (entrevista concedida no dia 15/10/2018).

Ao responder nossa pergunta vai além da questão de tempo histórico ela acaba abordando um problema educacional que é a falta de livros didáticos, o que dificulta ainda mais o trabalho do professor e a aprendizagem do aluno, pois quando bem lido pelo aluno e problematizado pelo professor, o livro didático é essencial no processo de ensino-aprendizagem. Maria Nilza coloca que “os livros atuais estão sempre trazendo essa contextualização”. Então essa contextualização histórica dos conteúdos partindo do livro didático que traz isso, ajuda a situar para os alunos os acontecimentos em seu tempo e espaço próprios. Ao detalhar como os livros didáticos mudaram quando nos referimos a questões sobre temporalidade, a professora Maria Nilza disse:

Por exemplo. Cultura. Inicia-se a unidade com o tema cultura, porém dentro daquela unidade de cultura, vem retratando a diversidade cultural vem retratando é a noção de tempo, a noção de espaço. Por que a história ela é feita principalmente desses três elementos: Tempo, Espaço, e Fato (entrevista concedida no dia 09/05/18).

De acordo com a professora os livros didáticos atualmente já trazem uma nova noção de tempo, um tempo que contempla diversos temas, culturas e espaços. Circe Bittencourt destaca que o “livro didático é um objeto cultural contraditório que gera intensas polêmicas e críticas de muitos setores, mas tem sido sempre considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização” (Bittencourt, 2004, p.30). O ensino de História, professores e alunos ganham, na medida em que sabem manejar informações com tranquilidade, utilizando-se da multiplicidade de elementos presentes nos novos livros didáticos com tranquilidade, utilizando-se as novas visões de mundo como elemento agregador e dinamizante.

Nesse sentido, a disciplina tem um papel de ensinar a refletir e a ler o mundo a partir de uma orientação histórica. Contribuir na medida em que ajuda os alunos a entenderem noções como o tempo, as permanências, as mudanças, os contextos e, a partir disso, serem capazes de selecionar e criticar informações do seu cotidiano. A esse respeito, os historiadores Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2005, p.28) enfatizam o potencial transformador do ensino de História:

[...] Cabe ao professor aproximar o aluno dos personagens concretos da História, sem idealização, mostrando que gente como a gente vem fazendo História. Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”... [...]

O papel do professor é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, como também o aluno faz parte deste processo tão complexo e cheio de desafios. Com a disciplina de história não é diferente, seu papel é de suma importância para termos alunos críticos e pensantes. A professora Maria Célia nos disse:

A disciplina de História ao meu ver, ela continua sendo o maior instrumento de socialização da sociedade. “Pra” mim é uma das disciplinas, não sei se é, porque eu gosto de história, a disciplina essencial para o desenvolvimento sociocultural do aluno é estudar história entrevista concedida no dia 15/10/2018).

Dito isso, reconhecer a história como essencial nos perceber como sujeitos históricos, que integram uma sociedade marcada por mudanças, continuidades, revoluções e resistências. É preciso que nós historiadores/professores construamos um

conceito de História que corresponda a isso. Por fim, vimos durante todo o nosso trabalho como o ensino de História, docentes e discentes reagiram e foram parte de processo de transformação da disciplina desde que passou a fazer parte dos currículos oficiais em meados do século XIX.

A disciplina que foi marcadamente influenciada pela teoria positivista no início de sua trajetória, que fez do ensino de história uma disciplina ligada aos interesses do Estado e que definia história como uma sucessão de fatos cronológicos e pudemos ver isto presente na fala de nossas entrevistadas que apesar de dizerem que trabalham com novas metodologias, com o cotidiano do aluno, quando definem tempo histórico, as duas ligam, o definem como estudo do passado ou o ligam ao estudo deste. Ressalto que o intuito da pesquisa não é dizer se é certa ou errada a maneira como as professoras ministram suas aulas ou julgar seus pensamentos como professoras de história, mas sim sabermos qual a noção de tempo histórico para estas.

Norbert Elias (1998, p. 11), chama atenção para um dado importante relacionado com o fato da noção de tempo histórico, para ele “não se deixa guardar comodamente numa dessas gavetas conceituais onde ainda hoje se classificam, com toda a naturalidade, objetos desse tipo”. Não podemos ficar neutros diante da História como pretendiam os positivistas, pois a história muda, ela é feita de longas e curtas durações como nos lembra Braudel (1992), de mudanças e permanências e vimos que o ensino de História mudou, mas também teve suas permanências. A Noção de que a concepção de que o Tempo Histórico é imprescindível para o Ensino de História é uma delas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram observados incontáveis desafios do Ensino de História para professores da Escola Nelson Batista Alves e para os futuros docentes de História como um todo, como, por exemplo, a falta de livros didáticos e como trabalhar a noção de tempo histórico com os alunos. Os principais pontos abordados nesta pesquisa envolveram discussões e problemáticas em torno de Tempo Histórico para docentes, como também um debate em torno da Historiografia e do Ensino de História.

No primeiro capítulo fizemos uma discussão historiográfica sobre a relação entre tempo e ensino de História, abordando as noções de tempo histórico para algumas correntes historiográficas como o positivismo, tendo em vista a relevância dessas

correntes para a construção da noção de tempo histórico em sala de aula. Pudemos ver que o positivismo muito influenciou a disciplina de História, no entanto o advento de outras correntes historiográficas como Annales abriram caminho para novos conceitos para a disciplina.

No segundo capítulo analisamos como a Base Nacional Comum Curricular pensa a disciplina e a noção de tempo histórico presente nesta. Vimos que a base não contempla a noção fundamental para os historiadores, que é a temporalidade e que está mais ligada a pessoas do meio empresarial, que querem uma base voltada para a formação que vise o mercado de trabalho, e com redução da carga horária de disciplinas fundamentais para formação do senso crítico da sociedade como a História e a filosofia, por exemplo.

E no terceiro capítulo problematizamos a concepção de tempo histórico para os professores da Escola Nelson Batista Alves através da análise das entrevistas, onde podemos ver que nossas entrevistas definiram tempo histórico como uma noção ligada ao passado, a cronologia, porém vimos em outros momentos das entrevistas que o cotidiano do aluno e o conceito de cultura eram sempre colocados por elas, nos fazendo entender que para elas a História tem várias dimensões.

Ao finalizar este trabalho pudemos notar que muitas mudanças na historiografia e no currículo ocorreram e afetam as práticas docentes no ensino de História e como professores reagiram e foram afetados ou não, por estas mudanças. Vimos como os professores entrevistados vem e trabalham a noção de tempo histórico em suas aulas e como eles defiram Tempo Histórico sendo docentes da disciplina, ressaltando que ambos definiram tempo ligado a uma visão positivista da História, ligada ao passado, a cronologia. Uma nos disse que tempo histórico seria “o estudo do passado para entender o passado, entender o presente e ter uma perspectiva do futuro”. Outra nos disse que “o tempo histórico é a conexão, assimilação do fato acontecido...se não tiver a noção de tempo cronológico andando junto não dá”. A noção de tempo para estas está ligada a uma linha cronológica, a Escola Metódica.

Realizar este trabalho me ajudou, como futura docente a perceber como o ensino de História é um campo complexo, de aprendizados e mudanças que permitem a professores e alunos estarem sempre questionando como a História contribuiu e pode contribuir para nossa vida, nosso ensino, nosso país e para as futuras gerações, por isso foi tão importante discutir Tempo Histórico em nossa pesquisa e perceber que a História muda, os professores mudam, os alunos mudam e com o tempo não seria diferente,

afinal nossa pesquisa trouxe exatamente essa constatação: o Tempo Histórico não é o nosso tempo, o tempo do relógio e do calendário, mas sim o tempo que tem sua dinâmica própria, com mudanças e permanências, ciclos e durações. Por fim este trabalho contribui para a reflexão em torno do Ensino de História ao refletir sobre tempo histórico, a partir da visão que os docentes têm deste.

6. REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FJV, 2006.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. História: **Projeto Araribá**. 2. ed São Paulo: Moderna, 2014 . (6º ao 9º ano) Indicado como referência principal do 6º ao 9º ano.

BARROS, J.D. **O tempo dos Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

BÉLARIDA, François. **Tempo presente e presença da História**, apud AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.221-224.

BENJAMIM, Walter. **Discursos sobre o conceito da História**. In: _____. Magia e técnica, arte e política. (Obras Escolhidas I). 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1940.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdo e conceitos básicos. In: KARNAL. Leandro (Org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 4. edição. São Paulo: Contexto, 2005.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Tempo e memória: o que se ensina na escola? In: HELFER, Nadir Emma e LENSKIJ, Tatiana. **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul : Edunisc, São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. **Apresentação**. Educ. Pesqui. [online]. 2004, v.30, n.3, p.471- 473. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300007&lng=pt&nrm=iso; Acesso em: 20 out 2018.

BURKE, Peter. **Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da História – Ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. In: **Reis Taumaturgos_ o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra**. Prefácio de Jacques Le Goff. Tradução: Júlia Mainard. São Paulo, Cia das Letras. 2ª Reimpressão, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação; **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Ensino Médio**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> >. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação

Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: Acesso em: 1 out. 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **A longa duração: Escritos sobre a história**. São Paulo: perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Tradução de Rui Nazaré. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1990.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Base Nacional Comum Curricular. Parecer sobre o documento de História**. 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/relatorios-analiticos>>.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980 – 1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol. I. 4ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUBY, Georges. **A História continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

FERNANDES, Luiz Estevan Fernandes. MORAES, Marcus Vinícios. Renovação da História da América. In: KARNAL. Leandro (Org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 4. edição. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, M. M.; FRANCO, R. **Aprendendo História: reflexão e ensino**. São Paulo: Editora Brasil, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e História oral**. *Topoi Revista de História*, Rio de Janeiro, n 5, 2002.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **História & ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FORNECK, Marta Bertina. **Ensino de História, tempo e temporalidade: uma experiência de formação continuada com professores de História Arroio do Meio/RS**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em ensino de História da ufrs como requisito para a obtenção do título de mestre. 2017.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura? As bases sociais epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/curriculo-de-historia-na-terceira-versao-da-bncc/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: o instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, n.1, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.181-182.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem** apud PROST, Antoine. Doze lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

KARNAL, L.(Org). **História na Sala de Aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2007.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Mass Patrícia e Carlos Almeida. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.

MALERBA Jurandir. **Uma análise da Base Nacional Comum Curricular**. 2015.

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C. C.; LUCA, T. R. de; GUIMARÃES, V. (Org.). Identidades brasileiras: composições e recomposições. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2014. p. 07-29.

MORENO, Jean Carlos. **História na Base Nacional Comum Curricular**: Déjà vu e novos dilemas no século XXI. **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 07-27, jan./jun. 2016.

MCASKILL, Tracey. Análise da Base Nacional Comum Curricular de História. Versão 2. **ACARA**, 2016. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/7.2-História_Análise-da-ACARA.pdf. Acesso em: 22. set. 2018.

NEMI, Ana Lúcia Lana. **Ensino de história: experiências**: o tempo vivido: volume único: livro do professor / Ana Lúcia lana Nemi, Diego Luis Escanhuela, João Carlos Martins. – 1 ed. São Paulo: FTD, 2009.

RANKE, Leopoldo von, apud RUSEN, Jorn. História viva: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB. p.18.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico**. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2008. P.31.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 2008

_____. **Tempo, história e evasão**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994b.

_____. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e “utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, Demerval (org.). **História e história de educação: o debate teórico- metodológico atual**. Campinas: Autores associados: HISTEDBR, 1998.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **O que e como ensinar**: por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.

PICCININI, Cláudia L.; NEVES, Rosa M.C. das; ANDRADE, Maria C.P. de Consensos de especialistas em educação em ciências sobre educação científica escolar no âmbito da reforma curricular da educação básica brasileira do século XXI. In: **ANAIS XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. UFSC, Florianópolis, jul.2017.

POMIAN. K. "**Tempo/Temporalidade**", Enciclopédia Einaudi, vol. 29, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1993.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. In: Projeto História. São Paulo: n.14, 1997, p.25-39.

PROST, Antoine. **Os tempos da História**. In: PROST, Antonie. *Doze lições sobre a História. Belo Horizonte*: Autêntica Editora, 2012. p. 95 – 114.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Tempo, duração e civilização**. Percursos Braudelianos. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e ação no magistério).

SILVA, M. A. **A fetichização do livro didático no Brasil**. Educação &. Realidade, v.37, n.3, p.803-821, 2012.

VENDRAME, Fernando Menezes. A Educação e o ensino de História no Brasil: alguns apontamentos. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. 3ª Edição. Brasília, Editora UNB, 1992.

WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

APÊNDICES

Apêndice A: Entrevista com a professora Maria Nilza Pereira (09 de maio de 2018).

Entrevistadora / Pesquisadora: Naiane Andrade de Abreu

Referência na entrevista: N

Entrevistada:

Maria Nilza Pereira (Professora de História)

Referência na entrevista: MN

. N – Professora, a nossa pesquisa busca entender, compreender, analisar a noção de tempo para professores da escola Nelson Batista Alves, na escola.. Então qual é a sua formação? Há quanto tempo atua na... na profissão de professora de história?

MN – Minha formação é licenciatura, licenciatura em história, pós-graduada em metodologia do ensino e atuo há dois anos... na disciplina de história, porém sou professora do ensino regular do município.

N – Há quanto tempo a senhora trabalha na escola nesse nosso estado... [

MN – Dois anos

N – [... que é o objeto de nossa pesquisa... [

MN – Dois anos.

N – [... Dois anos! Bom, desde que a história se tornou disciplina né, no século dezanove, são muitos os desafios enfrentados pelos professores e alunos. Mas, e um dos principais desafios, segundo os principais teóricos, é o trabalho com o conceito de tempo histórico. A senhora ver essa dificuldade no planejamento e nas aulas em si?

MN – Sim! os alunos ainda enfrentam dificuldade de associar, a questão da his, do ensino de história como é... contextualizando ao presente. Porque a concepção é que a história só estuda o passado e o nosso maior desafio enquanto professor, é desmitificar.

N – Essa visão que...

MN – A visão né, de... de que trata a história, só trata o passado]

N – *Bom, até o século dezenove né, tem a... no campo historiográfico prevalece uma concepção positivista da história né, que é uma história tradicional que estuda os grandes fatos, acontecimentos políticos, sem levar em conta né, o cotidiano das pessoas. E essa ideia de que a história estuda o passado, prevalece justamente por essa concepção. A senhora ver essa visão presente nos livros didáticos, nas aulas, ou na visão dos alunos, professores?*

MN – Sim, principalmente nos alunos. É... como eu já falei na... na pergunta anterior. Eles ainda é... não veem a importância de contextualizar o tempo passado com o presente, com o atual.

N – *A senhora ver essa dificuldade de fazer essa conexão?*

MN – Sim, pra eles interligarem né.

N – *Sei! E como os alunos percebem essa questão do tempo histórico, eles conseguem abstrair essa noção? Quando a senhora trabalha nas aulas.*

MN – Sim, porém tem que usar sempre fatos do cotidiano deles, da vida deles, contextualizando as vivências diárias.

N – *A senhora pode citar um exemplo?*

MN – Em relação a... a... as fases da vida deles.

N – Oi!

MN – Os próprios livros de história, os livros de história, já... já abordam os conteúdos com essa contextualização da... da vida cotidiana né. Quando colocam é... pra eles lembrarem de fatos na sua infância, então logo muitos dizem: “Ah! eu não lembro”. Então a gente tem que recorrer a quê? As fontes orais, que é recorrer as pessoas de sua família ou a fotografia, pra eles buscarem informações sobre a sua vida cotidiana, principalmente de uma fase bem anterior que foi na infância.

N – *E pra senhora, como professora. O que é tempo histórico?*

MN – Pra mim tempo histórico é... é justamente a... essa conexão, a assimilação do tempo e o fato acontecido, né! Por exemplo, quando você vai estudar é... as, digamos os períodos históricos. Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea. Então você tem que ter a noção de tempo. A Idade Antiga é... ((tossiu)), quais são os principais acontecimentos durante a idade antiga né! O surgimento do hon, da, dos primeiros seres humanos. É os períodos paleolíticos, neolíticos, as descobertas do homem, até chegar ao atual, ao contemporâneo. Então se você não tiver essa noção de tempo andando junto não dá.. tempo histórico, tempo cronológico e os fatos.

N – Andam juntos segundo a senhora.

MN – Na minha concepção...

N – *O planejamento das suas aulas, a noção de tempo histórico, como ela é pensada, colocada em questão e trabalhada nas aulas?*

MN – É... o foco de trabalhar o tempo histórico, é justamente contextualizando o tempo ao fato. Principalmente quando se trata da realidade do aluno, mesmo que seja uma realidade bem distante, por exemplo, eu vou trabalhar a noção de, é... de cidadania, mesmo que seja dentro do conteúdo sobre é Grécia ou Roma. Então eu trago para a nossa, para o nosso, para a nossa atualidade né! Por exemplo, está trabalhando lá na Idade Antiga, mas é... dentro do Brasil, contexto nosso, contexto atual. Qual é a concepção de democracia, de direitos, dos deveres? Então não é um conceito que surgiu agora.

N – Veem ao longo dos anos.

MN – há cinquenta, cem anos, mas ao longo... [

N – de uma história né,

MN – [... do... exatamente, ao longo do surgimento da humanidade.

N – Sim.

MN – Desde dá época civilizações mais antigas.

N – *Até as presentes né! A senhora encontra dificuldades pra trabalhar essa noção de tempo histórico?*

MN – Sim, encontro principalmente com o público alvo de... primeiro ano, porque muitos ((tossiu)) ainda não conseguem é... fazer essa assimilação de tempo histórico ao fato e a noção de calendário em si. A noção de séculos, de anos mais anteriores, a maioria não tem essa concepção. Alguns dizem até assim: “Ai eu não aprendi algarismos romano”. E geralmente os séculos vêm em algarismos romanos, ou seja, a interdisciplinaridade está presente aí. A matemática coma história, então se eles não aprenderam lá na base a matemática, os algarismos romanos, eles vão ter dificuldade de assimilar o tempo.

N – *Então a senhora acredita que as outras disciplinas auxiliam nesse trabalho contemporâneo?*

MN – Sem dúvida!

N – *Certo, quanto aos alunos, qual a faixa etária dos mesmos, qual é a idade, as séries?*

MN – Entre quinze a trinta e nove anos. Porque além do ensino médio normal, tem a modalidade EJA ((educação de jovens e adultos)).

N – *É... na, nas suas aulas. A senhora nota se eles conseguem abstrair essa noção trabalhada, do tempo histórico por você?*

MN – Lentamente, mas vão é... digamos assim, se aprofundando no conhecimento né.

N – *Sim, então a ideia que, a de a história é a ciência que estuda o passado. Era, essa ideia que predominou principalmente até o século dezenove. Ela ainda predomina nos professores e alunos?*

MN – Não! Nos professores não! Em alguns alunos sim! ou seja, naqueles que ainda não têm o hábito de ler mais, de estudar mais. Mas aí quando você vai mostrando através de... de estudos, eles vão conseguindo entender que a noção de tempo é... que ((tossiu)) a noção do tempo é importante estudar o passado. Porém a história não estuda mais só o passado. Ela se baseia em fatos do passado para entender a atualidade.

N – *Ok. Tem um historiador, Fernando Braudel, não sei se a senhora já ouviu falar. Que ele divide o tempo em três categorias: O tempo curto, o tempo médio e o tempo longo. A senhora também ver essa, essa visão do tempo em categorias, em tempo*

curto, da curta duração que é uma, que é uma visão diferente da positivista. A senhora ver essa diferença, essa distinção entre tempo cronológico e tempo histórico?

MN – Eu acredito que o tempo cronológico e o tempo histórico eles andam juntos, não é. Essa concepção de... de tempo curto e de longa duração, eu acredito que está intimamente ligado com os fatos históricos né. Que eu posso muito bem, por exemplo, usar o fato histórico lá do século dezoito e contextualizar com o acontecido do século vinte e um. É digamos que Revolução Industrial, que aconteceu lá, teve início lá na Inglaterra e hoje a Revolução Industrial ela não parou, ela apenas vai mudando de fases.

N – *Então pra senhora esse tempo tem fases.*

MN – É... em minha concepção.

N – Como coloca Braudel né, as três durações né.

MN – Exatamente porque por exemplo, durante a Revolução Industrial, houve a primeira Revolução Industrial né...

N – Sim,

MN – Que foi o surgimento.

N – Século dezoito.

MN – A segunda Revolução Industrial, onde já foi a substituição das máquinas, do homem pela máquina é... mais potente né. A máq, a máquina a vapor, em seguida a máquina mais é... potente e a terceira Revolução Industrial que é a tecnologia hoje. A tecnologia avançada.

N – É a globalização né.

MN – A globalização, digamos assim a rapidez das informações né.

N – *Ok, a senhora me disse que consegue trabalhar o conceito, a noção do tempo histórico com eles. O senhor pode detalhar como é esse trabalho? detalhar um pouco mais.*

MN – A concepção de tempo!

N – Sim, a noção de tempo ou concepção como queira.

MN – É eu... eu s, é exatamente o que eu já disse anteriormente. Se não for contextualizando com as práticas diária deles, não tem como. Tem sempre que pega um exemplo de um próprio aluno, da sala de aula e começar explorando daí, até chegar a um contexto maior. Digamos que há um fato histórico nacional ou mundial não é! Por exemplo, estávamos é... na, nas, as últimas aulas durou em torno dos discursos da prisão de Lula né.

N – Certo.

MN – Aí eles sempre questionando: “há mais Lula é... entrou no poder passou dois anos, passou dois mandatos consecutivos no poder. Ele teve todo tempo do mundo pra roubar, pra isso, pra aquilo”. Aí eu falei: “é, mais não só Lula, todos os governantes é geralmente passaram dois, dois mandatos no poder”. Agora é... a discursão surgiu em cima de quê? De que eles diziam: “não é que Lula não deveria ser preso, condenado e ser preso, porém os demais também deveriam né, os demais que eram culpados. E porque a perseguição só em cima dele”. Então assim nós pegamos é... ((tossiu)) sempre pegamos fatos atuais independente do conteúdo que estejamos trabalhando em sala, mas quando surge um tema atual bem polêmico, é... nós podemos deixar um pouco de lado o conteúdo e voltar para a atualidade, não é!

N – Sim.

MN – Mesmo, às vezes contextualidan, contextualizando outras vezes não. Quando dá sempre fa, fazemos essa ponte né.

N – Então há sempre essa conexão do presente passado.

MN – Presente passado!

N – É por, é com, é por meio dessa conexão que eles aprendem e facilita, não dizendo que facilita, mas facilita o aprendizado e a própria dinâmica de suas aulas né.

MN – Exatamente, até porque também a interação sempre é maior quando você... a interação em sala de aula, quando você passa a falar de um, de um tema que eles já têm os seus conhecimentos prévios. Então dá um é... digamos que dá um maior aprendizado né, melhor rendimento nas aulas.

N – *Sim! Quanto as novas propostas pedagógicas, desde a criação dos PNCs ((Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio)), da LDB ((Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)) e elas trás... os PCNs de História. Eles trás essa questão do tempo histórico? A senhora consegue abstraí do, dos currículos para suas aulas, eles te auxiliam?*

MN – Sim! Auxiliam.

N – *Quanto ao ensino de história atualmente. A senhora ver que ele caminha nessa mudança de um novo conceito de tempo, de um novo trabalho de conceito de tempo, de uma história mais dinâmica?*

MN – Sim! Porque lembro-me bem da minha época né. Eu lembro, recordo-me de quando eu, eu acho que estudava o sexto ano, mais ou menos e a minha professora de história, ela trabalhava com a concepção de his, que... que história ainda era decorar, assimilar datas, decorar datas e não trabalhava o foco, que era o... digamos assim o fato em si, né. Então eu lembro-me que eu cheguei ao final do bimestre com média dez. Porque ela passava um exercício de...

N – De decorar.

MN – De dez questões, daquelas dez eu sabia que ela iria tirar cinco pra prova, até dizia, “vai ser cinco questões”. Então eu conseguia, porque?! Porque eu decorava praticamente as dez questões, qualquer uma que caísse eu iria conseguir responder. E não é a concepção que é trabalhada atualmente, pelos menos eu nas minhas aulas de história e no processo avaliativo de história, eu sempre coloco questões que leve o aluno a pensar, que leve o aluno a refletir. Eles assistiram a aula, participaram da aula, sabem qual é o conteúdo da aula. Então eu sempre coloque uma, coloco uma questão que o leve a pensar e a desenvolver, a produzir e sempre há o questionamento: “Professora a prova será totalmente objetiva”. Eu negativamente, não pode ser só objetiva. E de que forma é que eu vou avaliar a sua habilidade leitora e escritora.

N – Mas difícil né,

MN – Com certeza!

N – Então si, supormos que a senhora não trabalhasse o conceito de tempo histórico, isso limitaria a processo de aprendizagem deles?

MN – Com certeza! Acho que limitaria...

N – *Se não tivesse essa noção?*

MN – Se não tivesse essa noção e essa contextualização entre tempo e o fato né!

N – *Nós já falamos das questões curriculares né. E os livros didáticos, eles tratam essa questão do tempo histórico, ou ainda é muito ligado as datas?*

MN – Não, Trás! Os livros atuais eles estão sempre trazendo essa contextualização. Até porque eles iniciam sempre o, a unidade com... sempre com um conteúdo bem polêmico.

N – Sim,

MN – Certo,

N – Atual!

MN – Atual, por exemplo, cultura. Iniciasse a unidade com o tema cultura, porém dentro daquela unidade de cultura, vem retratando a diversidade cultural, vem retratando é a noção de tempo, a noção de espaço. Porque a história ela é feita principalmente desses três elementos: Tempo, Espaço e Fato.

N – *Então os livros, eles acompanharam as mudanças?*

MN – Acompanharam, na minha concepção sim.

N – *E... com relação aos outros professores que a senhora tem contato, professores de história seja no ensino fundamental ou médio. Eles trazem essa questão do conceito de tempo, colocam. Que a senhora saiba ou não?*

MN – Que eu saiba não! Porque ultimamente, como eu estou trabalhando no, no município com o fundamental, com o ciclo de alfabetização! Então eu não tenho muito contato com os demais professores, mas eu acredito que eles também trabalham nessa perspectiva. Porque eu, no município eu trabalhando com o ciclo da alfabetização, eu percebo o quê?! Que os mesmos conteúdos que eu tô trabalhando lá no ensino médio, eles são abordados desde a alfabetização.

N – Uhum,

MN – A noção de conceito, o conceito de tempo, o conceito de... de fato histórico, eles vêm trabalhando. Como eu citei o exemplo, das fases da vida humana. Eu trabalhei na alfabetização com minhas crianças, a infância, a adolescência, a idade adulta e a velhice. Só quê na alfabetização, lógico! Que de uma forma bem mais dinâmica, com atividades bem diferenciadas. Mas os conteúdos eles... eles são trabalhados desde de a base, porém o professor é quem tem que ter essa maturidade de le, da maneira de como abordar em sala de aula.

N – Certo.

MN – Construção de linha de tempo, lá sempre têm né! essa contextualização.

N – Sim! E, em relação... livros didáticos já falamos né. O ensino de história a senhora ver mudanças lentas ou mais rápidas, em relação ao... que tinha no passado e agora...

MN – Eu acredito...

N – *A senhora consegue ver essa percepção de mudança?*

MN – Sim, eu acredito que nos últimos quinze anos, como você mesmo já comentou, em relação as mudanças que houve na LDB e com os estudos dos PCNs, vêm mudando. E sabemos que o ensino ele não muda do dia pra noite, é um processo lento né! O ensino e a aprendizagem é um processo lento,

N – *Quanto... quanto a sua formação, a senhora estudou, teve esse trabalho com conceito de tempo na sua graduação, na sua formação como professora de história?*

MN – Na graduação tive! Porém eu ainda achei muito falho, a questão de, de... de noção de tempo. Assim principalmente, não sei, como nos primeiros períodos nós ainda não temos maturidade suficiente. Aí quando você chega do quarto período em diante...

N – Já consegue né!

MN – É que você exatamente, é que você vai assimilando melhor. Principalmente quando você começa a estudar, primeiro período Idade Antiga, né! Aí lá no terceiro período você já começa com Idade é... Idade Antiga e Idade Média, aí você já começa com Idade Moderna Contemporânea. Eantão você consegue e quando chega na Contemporânea você vai ver... aquilo que aconteceu lá, há milhões de anos atrás, já vai, você já vai consegui contextualizar com a modernidade ou com o atual, contemporâneo.

N – *Então o fato de não ter visto muito esse conc, essa noção de tempo histórico na, na graduação, não afetou a sua metodologia na... [*

MN – Nem tanto...

N – *[... Na sala de aula né?!*

MN – Nem tanto, porque eu sempre estive constantemente em informações, em estudos né...

N – Em pesquisa, né!

MN – É PCNs, exatamente! É uma Pós-Graduação, é uma formação continuada que é sempre oferecida. Mesmo que não seja na área de história, só em ser na área de ensino geral, você vai buscar o que é da sua área né, especificamente.

N – Bom, acredito que as questões já foram respondidas. No mais agradeço a sua participação na nossa pesquisa e vamos continuar fazendo o nosso trabalho né, como professor de história nesse trabalho de conceito de tempo.

MN – Com certeza! E eu que agradeço também por ter é... por ter escolhido as turmas da NBA ((E.E.E.F.M Nelson Batista Alves)) para o estágio...

N – Ok.

MN – E qualquer coisa disponha.

N – Muito obrigado!

**Apêndice B: Entrevista com a professora Célia Maria dos Santos Sobrinho
(Professora aposentada de História) (15/10/2018)**

Entrevistadora / Pesquisadora: Naiane Andrade de Abreu

Referência da entrevistadora: N

Referência da entrevistada: C

CM – Me diga o, o... o tema é?

N – A concepção, a noção do tempo histórico para professores de História da Escola Nelson Batista Alves .

CM – Certo!

N – Vamos lá.

CM – Apesar de não está mais lá né! nenhuma das duas ((Referindo-se a irmã gêmea da entrevistadora que a acompanhava, que por sua vez ao fundo respondeu: “é, agente já foi...”))

CM – Uhum.

N – *Eu primeiramente gostaria de saber sobre a sua formação e quanto tempo a senhora trabalhou como professora na Nelson Batista Alves?*

CM – Bom! A minha formatura né, é licenciatura em história. Pós-graduada né, em metodologia do ensino. A licenciatura pela UFCG e a pós-graduação pela Faculdade São Francisco, e eu trabalhei na Nelson Batista Alves quase trinta anos.

N – *Trinta anos?*

CM – Né.

N – Uhum.

CM – Foi.

N – *E durante esse tempo que a senhora trabalhou na Nelson Batista, como a senhora é trabalhava esse conceito de tempo histórico nas suas aulas. A noção de tempo histórico nas aulas de história?*

CM – A noção de tempo histórico?!

N – Sim.

CM – Eu tinha dificuldade porque o alunado da Nelson Batista Alves, eles é... não viam o tempo histórico como assim, como essencial pra aprender história.

N – Sim.

CM – Entendeu!? Mas é, é a gente sabe que é trabalhando a história no seu tempo, que a gente aprende história. Então eu tinha essa dificuldade que foi superada no decorrer do tempo, mas o essencial de se trabalhar história é conhecer o seu tempo.

N – *Sim! então essa dificuldade, mas no início da profissão?*

CM – É mais no início, depois a gente foi superando. Porque o alunado também vai mudando né.

N – Os próprios alunos também começaram a superar essa dificuldade né.

CM – É, superar as dificuldades. A gente tinha muita questão de falta de material, aluno não tinha muita fonte de pesquisa. E isso a gente foi superando no decorrer do tempo.

N – *E as fontes na história são essenciais né?*

CM – São essenciais.

N – *E na escola a senhora via esses debates na formação, tinha formações para o professor de história em relação, com relação a esse tema: tempo histórico?*

CM – Não tinha.

N – Não!

CM – As, as... era mais um termo de metodologia de ensino, entendeu! Mais especificamente não ocorreu isso aí, porque o treinamento não era específico para o professor de história.

N – *Era no geral?*

CM – Era no geral, era pra todos!

N – Era pra todos né.

CM – É isso.

N – *Bom, a visão positivista de que a história estuda somente os grandes fatos políticos né, que prevalece até o século dezanove a visão positivista de estudar os fatos políticos e econômicos. Então a senhora durante o tempo que esteve na Nelson Batista Alves, via que essa visão predominava entre os alunos e os professores? Na própria metodologia da senhora também ou não?*

CM – Não.

N – Não!

CM – Não! Eu via muita assim a questão do pesquisar, da fonte de história como nós já falamos. Conhecer a, a... é o tempo histórico, mas também trabalhar muito o debate, é interligar o conhecimento atual, a vivência atual... [

N – Então tinha... sim.

CM – [... A sociedade atual.

N – *Então tinha essa conexão? Presente, passado...*

CM – Tinha a conexão. Conexão passado, presente e futuro né, de uma forma... [

N – Uhum.

CM – ... [que o aluno entendesse né! O percurso histórico do objeto estudado.

N – *E como é... partindo pra prática, como a senhora trabalhava essa noção? Pode dar um exemplo?... algum assunto...*

CM – Pronto! Eu, eu trabalhava muito a nossa própria história.

N – *O cotidiano dos alunos né?*

CM – O cotidiano dos alunos. A realidade que eles vivia, para que eles pudessem entender esse processo histórico do Brasil e do mundo

N – *A senhora via essa dificuldade trabalhar a noção do tempo?*

CM – Via! Era a, tinha dificuldade já em função disso. Exatamente em função das fontes, como já falamos no início. Eu acredito que a dificuldade do entendimento dele era exatamente a falta de ter a fonte pra pesquisar.

N – *No tocante aos alunos, eles abstruiu, abstraíam essa noção ou eram mais ligados a cronologia, a questão didática? Eles tinham facilidade com as datas ou com o cotidiano que a senhora...*

CM – É isso aí varia de turma pra turma né.

N – É variado né.

CM – Como variava de aluno também pra aluno. Porque também tem muito aluno, que ele gosta mais do debate do que dá, dá própria, do próprio conhecimento histórico. É didático propriamente dito.

N – A senhora ensinou do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio.

CM – Uhum.

N – *Todas as turmas?*

CM – Todas as turmas! E fundamental também, todas as turmas. Quando tinha fundamental lá né, inclusive nas outras eu trabalhava EJA... na, na todas as turmas... da EJA também... [

N – *Trabalhou no EJA também?*

CM – ... [todas elas.

N – Sim.

CM – Aí terminava sempre de quinto, é de sexto a terceiro ano de ensino médio.

N – Terceiro né.

CM – Isso! Trabalhei todas as turmas lá.

N – *Bom a noção de que a história é a ciên, era a ciência que estuda o passado predominou no pensamento de muitas pessoas. No período que a senhora trabalhou no Nelson Batista Alves, esse pensamento predominou ou não? Entre os docentes de história e os alunos.*

CM – Predominou!

N – Predominou?

CM – Predominou, porque a gente assim não tinha muito um, é diversidade de estudo da história porque só tinha um professor de história. O nosso, o nosso vínculo era mais com o professor de Geografia.

N – De outras áreas né.

CM – De outras áreas. De outras disciplinas né, quando foi entrando a questão da interdisciplinaridade né. Porque no primeiro momento logo quando a gente ensinou, a gente trabalhava separadamente. Depois quando a gente foi interdisciplinando aí melhorou muito o entendimento, já que a gente não tinha material didático pra trabalhar.

N – *E nos dias atuais, apesar de a senhora não está mais em sala de aula, a senhora ver alguma mudança no tocante essa noção de tempo histórico que está sendo mais trabalhada. E o pró, e o próprio pensamento dos alunos, das pessoas que a história seria a ciência que estuda o passado. Houve mudança nesse pensamento, no ponto de vista da senhora enquanto professora de história?*

CM – Pronto, eu tô inclusive com uma dificuldade sobre isso, porque eu já, mesmo estando aposentada eu trabalho aju, ajudando o meu neto por exemplo, e eu não vejo essa mudança. Eu acho que é muito assim de tirar do livro e colocar... e não tô vendo muito esse processo.

N – Então essa...

CM – Eu acho que tá tendo ainda, contínua ainda essa dificuldade.

N – *Contínua ainda essa visão positivista da história?*

CM – Contínua.

N – Em sua opinião né!?

CM – Na minha opinião!

N – *Enquanto as questões curriculares, pedagógicas né, que a gente pode citar os PCNs né, a LDB. A noção de tempo ela tinha espaço na disciplina? Nessas propostas curriculares?*

CM – Tinha, ela já tinha, tinha espaço sim!

N – Grande, pequeno.

CM – Grande né.

N – Sim.

CM – Porque sempre a gente buscava focar isso aí, do tempo histórico.

N – *E os livros didáticos eles traziam essa noção de tempo, tempo histórico?*

CM – Os livros sempre trazem. A nossa maior questão era não ter os livros. Entendeu!?

N – Entendi.

CM – Porque a escola não tinha. E ainda tá do mesmo jeito, o aluno de sexto ano não tem um livro de história pra estudar na atualidade nas escolas daqui de Bernardino Batista.

N – *É triste né! Bom, como... e atualmente, a senhora como professora de história. Como a senhora ver a disciplina de história... hoje?*

CM – A disciplina de história ao meu ver, ela continua sendo o maior instrumento de socialização da sociedade. Pra mim é uma das disciplinas, não sei se é porque eu gosto de história, a disciplina essenciais para o desenvolvimento sociocultural do aluno é estudar história.

N – Uhum.

CM – Porque ele só conhece! o cotidiano atual, entendeu. Se ele interligar o passado, se ele não interligar ele não vai entender o desenvolvimento. Porque por isso a dificuldade.

N – *Bom! Voltando pra o nosso tema central, queria uma definição do tempo histórico da senhora. O que é tempo histórico pra senhora como professora de história? Ou ex-professora.*

CM – O tempo histórico ao meu, no meu entendimento é exatamente esse estudo do passado, pra gente conhecer o passado, entender o presente e ter uma perspectiva do futuro.

N – Okay, terminado a entrevista a gente agradece a sua contribuição.

CM – Eu também agradeço né, por tá participando da sua pesquisa... [

N – Vai me ajudar muito.

CM – E, é sempre bom realizar as nossas, as pesquisas com as pessoas e vendo também as nossas próprias dificuldades na atualidade.

N – Certeza, Obrigada!

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo ENSINO DE HISTÓRIA: A NOÇÃO DE TEMPO HISTÓRICO TRABALHADA PELOS PROFESSORES NAS AULAS DE HISTÓRIA DA ESCOLA NELSON BATISTA ALVES (BERNARDINO BATISTA - PB). Coordenada pelo professor Israel de Souza Soares (83) 98627-0813, pertencente ao curso de História, CFP- Cajazeiras.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo saber o que o entrevistado entende, pensa sobre a noção de tempo histórico como professor de História da escola EEEMFNBA, contribuindo para uma reflexão sobre o ensino de História levando o debate sobre tempo histórico para professores e a escola como um todo.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Os entrevistados responderão a perguntas relacionadas à prática e vivência escolar. Para isso, será usado/a ele é considerado (a) seguro (a), mas é possível ocorrer estigmatização, divulgação de informações, invasão de privacidade, interferência na vida e na rotina dos sujeitos, embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais riscos relacionados a divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones que tem no começo do texto.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário. Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **Israel Soares de Sousa**, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos-CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Israel Soares de Sousa

Instituição: Universidade Federal De Campina Grande- CFP

Endereço: Rua Profªsina de Souza Lima, 431, bairro Jardim Oásis, Cep: 58000-900, Cajazeiras.

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cep@cfp.ufcg.edu.br

Tel: (83) 3532-2075

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Bernardino Batista, 09 de maio de 2018

Maria Nilza Pereira

Assinatura ou impressão datiloscópica do
voluntário ou responsável legal

Naiane Andrade de Abreu

Naiane Andrade de Abreu

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo ENSINO DE HISTÓRIA: A NOÇÃO DE TEMPO HISTÓRICO TRABALHADA PELOS PROFESSORES NAS AULAS DE HISTÓRIA DA ESCOLA NELSON BATISTA ALVES (BERNARDINO BATISTA - PB). Coordenada pelo professor Israel de Souza Soares (83) 98627-0813, pertencente ao curso de História, CFP- Cajazeiras.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo saber o que o entrevistado entende, pensa sobre a noção de tempo histórico como professor de História da escola EEEMFNBA, contribuindo para uma reflexão sobre o ensino de História levando o debate sobre tempo histórico para professores e a escola como um todo.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Os entrevistados responderão a perguntas relacionadas à prática e vivência escolar. Para isso, será usado/a ele é considerado (a) seguro (a), mas é possível ocorrer estigmatização, divulgação de informações, invasão de privacidade, interferência na vida e na rotina dos sujeitos, embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais riscos relacionados a divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones que tem no começo do texto.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário. Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **Israel Soares de Sousa**, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos-CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Israel Soares de Sousa

Instituição: Universidade Federal De Campina Grande- CFP

Endereço: Rua Profºsias de Souza Lima, 431, bairro Jardim Oásis, Cep: 58000-900, Cajazeiras.

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da
Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a
rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares,
Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cep@cfp.ufcg.edu.br

Tel: (83) 3532-2075

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a
forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a
minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Bernardino Batista, 15 de out de 2018

Célia Maria dos S. Góes

Assinatura ou impressão datiloscópica do

voluntário ou responsável legal

Naiane Andrade de Abreu

Naiane Andrade de Abreu